



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
PERNAMBUCO CENTRO ACADÊMICO DE  
RECIFE**

**MILEIDE CAROLINE DA SILVA**

**TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL  
NA AMAZÔNIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
PERNAMBUCO CENTRO ACADÊMICO DE  
RECIFE  
HISTÓRIA**

**MILEIDE CAROLINE DA SILVA**

**TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL  
NA AMAZÔNIA**

TCC apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Recife, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

**Orientador(a):** Regina Beatriz  
Guimarães Neto

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do  
SIB/UFPE

Silva, Mileide Caroline da.

Trabalho Escravo Contemporâneo e a problemática ambiental na Amazônia /  
Mileide Caroline da Silva. - Recife, 2023.

59 : il., tab.

Orientador(a): Regina Beatriz Guimarães Neto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura,  
2023.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Amazônia. 2. economia. 3. desmatamento. 4. meio ambiente. 5. trabalho  
escravo contemporâneo. I. Guimarães Neto, Regina Beatriz. (Orientação). II.  
Título.

990 CDD (22.ed.)

MILEIDE CAROLINE DA SILVA

**TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A PROBLEMÁTICA  
AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**

TCC apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Recife, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Aprovado em: 20/10/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Regina Beatriz Guimarães Neto (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Patrícia Pinheiro de Melo (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Thiago Nunes Soares (Examinador Externo)  
Universidade de Pernambuco

Dedico à minha querida mãe, Maria José da Silva, que sempre está ao meu lado.

“As flores nunca esquecem as pessoas que as regam”.

“Transformei os inconvenientes em vantagens  
e ajustei a rota para superar os obstáculos”.  
(KLINK, 2023)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por sua bondade e cuidado em todos os momentos da minha vida. Sem sua graça, nada seria possível. Em seguida, quero agradecer a minha querida mãe, Maria José, por sempre se preocupar, cuidar e me apoiar em meus caminhos. Ao meu pai Manoel Bernardo, que mesmo sem compreender muitas coisas do que tagarelei em casa, me apoiou e sempre acreditou em mim. Também desejo externar minha gratidão às minhas doces irmãs; Adella, Claudiane e Cláudia. Vocês foram fundamentais para que eu pudesse ter forças para continuar, apesar das adversidades. Aos meus sobrinhos Matheus, Kaio, Maysa, Miguel e, especialmente, Bianca que esteve comigo em dias muito difíceis, cuidando de mim com sua atenção e amor constantes.

Agradeço também, aos meus queridos amigos que acompanharam minha trajetória. Saibam que fizeram os meus dias mais leves, coloridos e felizes. Amo vocês! Enfim, à minha família e amigos, quero externar meu amor. Obrigada por compreender as minhas ausências no decorrer da minha formação e no período que dediquei à produção deste trabalho.

Destino um espaço especial a minha querida orientadora Regina Beatriz, que aceitou conduzir minhas pesquisas na UFPE e me ensinou muito desde o início da graduação. Sem sua ajuda e estímulo não seria possível chegar até aqui. Além dela, a professora Christine Dabat, por sempre me ajudar na trajetória acadêmica e ser tão gentil. Não esquecendo de agradecer aos professores do Departamento de História da UFPE, que contribuíram para minha formação através das inúmeras trocas ao longo dos quase cinco anos de curso. Aos professores Thiago Nunes e Patrícia Melo, que fizeram parte da banca examinadora com uma análise atenciosa e enriquecedora. Nesse espaço, também quero agradecer ao meu querido professor José Cláudio, que acreditou em mim quando ainda era uma aluna do ensino médio, em um lugar em que pouquíssimos conseguem chegar ao ensino superior.

Aos órgãos de pesquisa; Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesqi), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro ao longo da minha graduação através dos programas de PIBID e PIBIC. Enfim, desejo agradecer a todos aqueles que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho, enriquecendo o meu processo de formação.

## RESUMO

A problemática do Trabalho Escravo Contemporâneo tem ganhado ênfase em mídias de grande circulação e, apesar de transmitir conexões com o termo "escravidão", seu sentido foi transformado e anuncia um acontecimento do tempo presente, exibindo o complexo sistema de exploração no mundo do trabalho globalizado. Simultaneamente, o estudo da questão ambiental na Amazônia tem sido fundamental para debates mais amplos, visualizando que o avanço de práticas econômicas e políticas têm aumentado os impactos e a preocupação devido à perda da biodiversidade e mudanças climáticas. Assim sendo, este trabalho tem como principal objetivo realizar uma associação política, econômica e ambiental entre as áreas que apresentam um alto nível de desflorestamento e as relações caracterizadas como de Trabalho Escravo Contemporâneo. Recorreu-se à análise de todo um conjunto de aparatos bibliográficos e documentais que envolvem os relatórios da Comissão Pastoral da Terra, dados demográficos, índices do desmatamento e da produção econômica na região amazônica. Os estudos possibilitaram a verificação de que o avanço de atividades econômicas promoveu a expansão de relações de trabalho precárias, bem como o aumento do desflorestamento.

**Palavras-chave:** Amazônia; economia; desmatamento; meio ambiente; trabalho escravo contemporâneo.

## **ABSTRACT**

The issue of Contemporary Slave Labor has gained emphasis in mass media and, despite transmitting connections with the term "slavery", its meaning has been transformed and announces an event of the present time, displaying the complex system of exploitation in the globalized world of work . At the same time, the study of environmental issues in the Amazon has been fundamental to broader debates, seeing that the advancement of economic and political practices have increased the impacts and concern due to the loss of biodiversity and climate change. Therefore, this work's main objective is to create a political, economic and environmental association between areas that have a high level of deforestation and relationships characterized as Contemporary Slave Labor. We used the analysis of a whole set of bibliographical and documentary apparatus involving the reports of the Pastoral Land Commission, demographic data, deforestation rates and economic production in the Amazon region. The studies made it possible to verify that the advancement of economic activities promoted the expansion of precarious work relationships, as well as an increase in deforestation.

**Keywords:** Amazon; economy; logging; environment; contemporary slave labor.

## **LISTA DE ABREVIACÕES**

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ENP - Escravo Nem Pensar  
ONG - Organizações não  
governamentais CPT - Comissão  
Pastoral da Terra  
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego  
PRODES - Programa de Cálculo do Desflorestamento da  
Amazônia INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
SAD - Sistema de Alerta do Desmatamento  
PIN - Programa de Integração Nacional  
WWF - World Wide Fund For Nature  
IMEA - Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária  
PPM - Pesquisa da Pecuária Municipal  
PIB - Produto Interno Bruto  
PAM - Produção Agrícola Municipal  
PMFS - Planos de Manejo Florestal Sustentável  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
PPCDAm - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento  
IP - Indicadores de Progresso

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO: VEREDAS DA DESTRUIÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 Atividades econômicas e desmatamento na Amazônia.....</b>	<b>28</b>
<b>3 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>34</b>
<b>4 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A QUESTÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>47</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>55</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>57</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A problemática do Trabalho Escravo Contemporâneo<sup>1</sup> foi redefinida nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, tendo ganhado grande visibilidade nacional e internacional, não se restringindo ao meio acadêmico ou aos historiadores, especialistas das áreas das ciências sociais e do direito (Guimarães Neto; Gomes, 2018). Trata-se, nos últimos anos, de um tema relevante na sociedade civil, de um modo geral. A mídia também teve um papel muito importante na amplificação de debates que envolvem essas práticas, por meio da veiculação da existência de formas compulsórias de trabalho nas sociedades contemporâneas, observando que esta problemática não é enfrentada, apenas, no âmbito rural, mas também nas grandes metrópoles. Mesmo que não haja uma problematização das relações que esse fenômeno possui com os padrões de governamentalidade, atividades econômicas e as consequências que traz para o meio ambiente, esta tem sido uma forma de convidar o público em geral a enxergar a persistência desse impasse nos dias atuais.

As origens e as formas do cerceamento de liberdade dos trabalhadores são numerosas, a partir do isolamento geográfico até comportamentos ameaçadores dos empregadores. Elas envolvem, de modo genérico, aspectos ligados ao local, transporte e alimentação. Na maior parte das vezes, o trabalho é realizado em locais de difícil acesso, cujo custo de transporte normalmente é caro e debitado aos trabalhadores; a intermediação entre o trabalhador e o empregador é feita por pessoas inescrupulosas, conhecidas como “gato”<sup>2</sup>; e a alimentação, comprada em armazéns pelos proprietários das fazendas a preços elevadíssimos, transforma-se em dívidas crescentes, as quais se acumulam com o pagamento da viagem e dos instrumentos de trabalho e proteção, que deveriam ser fornecidos pelo patrão. As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores escravizados são árduas, geralmente associadas às condições degradantes, visto que geralmente esses moram em barracos ou em alojamentos comunitários, cujas condições de higiene são as piores possíveis (Girardi, Eduardo Paulon et al., 2014).

Na Amazônia, após as grandes transformações econômicas e espaciais ocasionadas pelos movimentos de ocupação e estabelecimento de novas dinâmicas econômicas promovidos, especialmente, pelos governos militares, viu-se o crescimento de outro grande

---

<sup>1</sup> O conceito atual de Trabalho Escravo Contemporâneo está relacionado a uma série de situações de desrespeito à dignidade do ser humano, como submissão a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas ou forçadas por dívidas impostas aos trabalhadores.

<sup>2</sup> “Gato” é aquele que se encarrega de recrutar os trabalhadores, ou seja, é o intermediário de todo processo. Ele é o responsável por facilitar as relações e as construções dessa problemática (Gomes; Guimarães Neto, 2018).

impasse concomitante à degradação das relações de trabalho: os danos ambientais. A década de 1990 é um período indispensável, por um lado, quando se retém não só aos impactos da implementação de novas dinâmicas econômicas no mundo do trabalho, que precarizam e vulnerabilizam as vidas, mas também pela consequência cada vez maior na natureza, causada pelo estabelecimento desses setores.

Durante a vigência dos governos militares (1964-1985), houve novas propostas que intensificaram a criação de projetos de colonização que buscavam ocupar o espaço amazônico para que, de acordo com o discurso oficial, integrá-lo às demais regiões do país (Guimarães Neto, 2022). Na década de 1970, há o aumento do deslocamento populacional da região Sul e Nordeste em direção aos estados que compõem a Amazônia. A intensificação desses movimentos populacionais se dá, especialmente, pela propagação de diversos estímulos governamentais que tratavam da ocupação “ordenada” do território amazônico. No processo de ocupação do território, é possível perceber que novas relações econômicas e formas de exploração sucedem.

A ampliação dos discursos governamentais, de uma terra boa para cultivo, despovoada e de muitas oportunidades de emprego, chama a atenção de milhares de trabalhadores que estavam tendo dificuldades em manter o sustento de suas famílias com suas pequenas propriedades - principalmente após a seca de 1970<sup>3</sup>. Ou mesmo por não haver oportunidades de emprego em seus locais de origem. Nesse contexto, muitos dos trabalhadores que se encontram em relações de vulnerabilidade social se deslocam só ou com suas famílias. Entretanto, a realidade que lhes é apresentada não é a esperada e inúmeros se viram obrigados a submeter-se a situações de trabalho degradantes ou análogas a de escravidão. Foram utilizados, a princípio, para criação de grandes rodovias e outros em grandes propriedades, que acabaram por expandir a fronteira agrícola<sup>4</sup>. O avanço do desmatamento é apenas uma das consequências ambientais geradas a partir dos movimentos de ocupação de novos espaços, a princípio por trabalhadores que se deslocavam de suas regiões de origem - a maior parte do Nordeste brasileiro - e, posteriormente, por empresas de colonização privadas, apoiadas pelo Estado (Gomes e Guimarães Neto, 2018). Percebe-se, portanto, que à medida que há o aumento dos deslocamentos, ocorre também a ampliação de áreas desmatadas.

---

<sup>3</sup>ARAÚJO, J.M.L. **A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 265, 2015.

<sup>4</sup> É o termo utilizado para designar a região que tem sofrido com a expansão das atividades agropecuárias em detrimento da devastação de áreas naturais.

Apesar do avanço do desmatamento na Amazônia ser resultado de inúmeras causas, o estabelecimento de novas dinâmicas econômicas a partir da década de 1960 foi definidor para criação de uma “estrutura da destruição”. O crescimento de áreas desmatadas não é o único enfrentado pela floresta, pois esse impasse abre margem a uma série de outras problemáticas, como perda da biodiversidade, aumento de gases de efeito estufa, mudanças no regime hidrológico e perda de produtividade.

Por isso, é importante refletir quais incentivos, motivações e políticas públicas estão por trás do avanço de atividades econômicas e, conseqüentemente, do desmatamento na Amazônia. Analisando a relação entre interesses políticos e econômicos, é possível observar também a fragmentação e precarização das relações de trabalho e como elas podem ser identificadas em um espaço comum nessas regiões. Nesse sentido, perante o exposto, a pesquisa realizada privilegia, de um ângulo, as áreas onde há forte degradação ambiental, associando suas intrínsecas relações à precarização do trabalho, pondo-os como dois fenômenos no mesmo quadro econômico e político. Sob outro, o projeto buscou identificar as áreas – no período dos anos finais do século XX até as duas primeiras décadas do século XXI – que apresentam maior incidência de trabalhadores encontrados em situação análoga à de escravidão, em áreas que também possuem grande degradação ambiental.

A pesquisa se justifica a partir do eixo central da problemática na qual se insere, pois toma como princípio dois paradigmas centrais provocados pelo modus operandi econômico atual: por um lado, a superexploração do trabalho, e, por outro, os danos provocados ao meio ambiente. Estas relações não estão afastadas entre si, já que, na atualidade, os debates têm se afluído, especialmente porque ambos os fenômenos crescem e se configuram como problemáticas do mundo globalizado. Educacionalmente, tratar sobre os abusos sofridos em relações de trabalho têm sido indubitavelmente necessários, já que reconhecer práticas de exploração é fundamental para o combate dessas práticas em nossa sociedade. Uma das metodologias utilizadas na atualidade

A pesquisa ampara, portanto, como fonte para produção de materiais didáticos que buscam trabalhar na escola com a compreensão das realidades de superexploração do trabalho para repensar as formas de repressão dessas práticas. O reconhecimento dessas relações de trabalho abusivas é importante para gerar denúncias e conseqüente a condenação aos responsáveis.

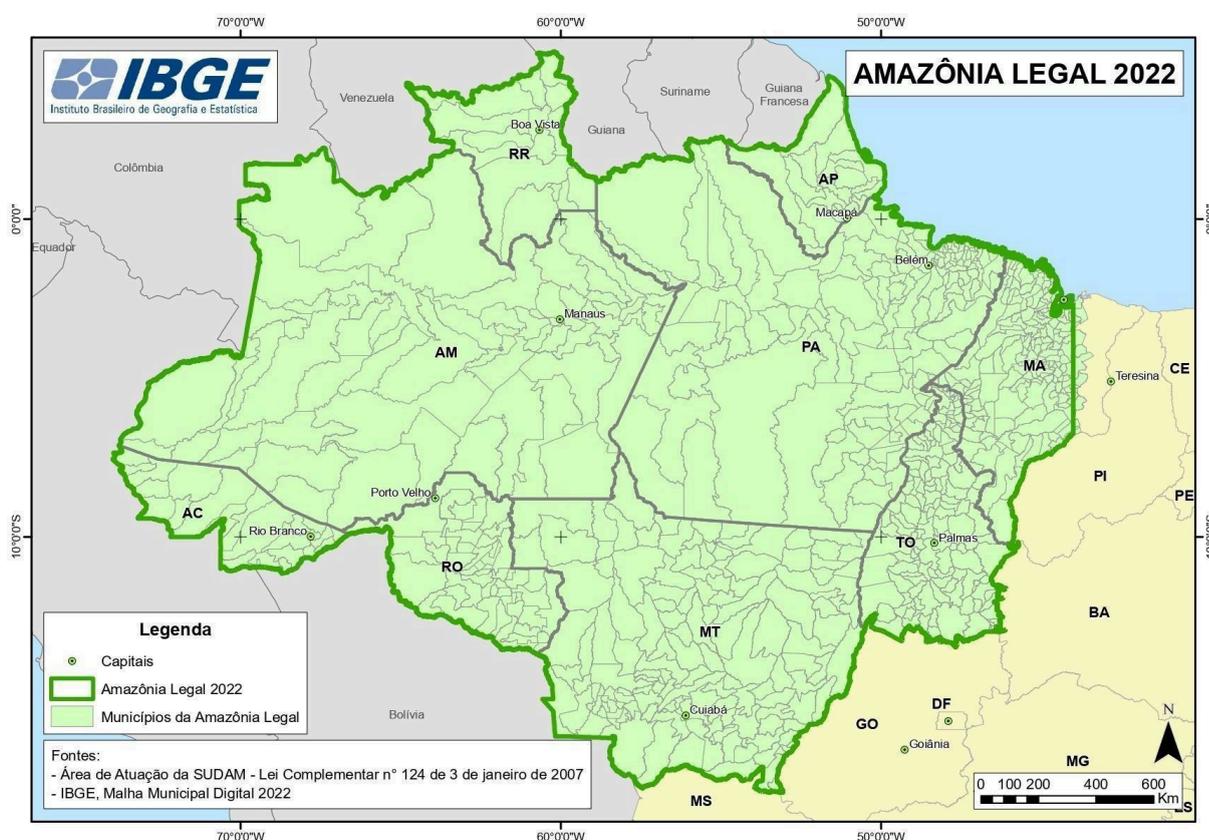
Nos Estados que compõem a Amazônia Legal<sup>5</sup>, a análise exploratória é

---

<sup>5</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), considera-se a área da Amazônia Legal, que corresponde à área total de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e

também uma forma de identificar quais localidades são mais vulneráveis a essas práticas. Além disso, a interdisciplinaridade do estudo pode trazer reflexões que transitem entre diversos temas e disciplinas. A degradação do meio ambiente, superexploração do trabalho, migrações, políticas públicas, desigualdade econômica e social, populações indígenas e diversas questões podem ser visualizadas a partir da perspectiva apresentada.

Através do mapa atualizado da Amazônia Legal produzido pelo IBGE em 2022, é possível perceber a importância da região que, hoje, corresponde a quase 60% do território brasileiro. Sua área corresponde à área total de oito estados, além de parte do Maranhão.



Fonte: IBGE (2022)

Uma das possibilidades apresentadas recentemente é o projeto “Escravo Nem Pensar!” (ENP!), conduzido pela ONG Repórter Brasil desde o ano de 2004, dedicado à prevenção do trabalho escravo.

O programa Escravo, nem pensar! tem como missão “diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas a

Tocantins) e à parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), delimitação instituída pela Lei 1.806 de 06/01/1953. Disponível

em:

<[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2154:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28)> Acesso em 13 de setembro de 2023.

de escravidão nas zonas rural e urbana do território brasileiro, por meio da educação”. Seus objetivos estratégicos são: (i.) difundir o conhecimento a respeito de tráfico de pessoas e de trabalho escravo contemporâneo como forma de combater essas violações de direitos humanos; (ii.) promover o engajamento de comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.<sup>6</sup>

O projeto foi responsável por desenvolver uma metodologia voltada para a realização de formações para professores e lideranças sobre o tema do trabalho escravo e assuntos correlatos, inclusive a conteúdos voltados aos problemas ambientais causados devido a prática de relações de superexploração do trabalho e exploração econômica na Amazônia. Nessa perspectiva, a pesquisa proposta é um dos meios de identificação e, posterior mobilização social para reprensão dessas práticas.

O que caracteriza a discussão ambiental na cultura contemporânea não é a forte atenção para o tema natureza, pois desde muito tempo tem sido uma categoria central do pensamento humano. Mas, à medida que as sociedades humanas se territorializam, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural (Pádua, 2010). Dessa forma, buscar novas formas de lidar com os desafios da atual crise ambiental e de se relacionar com o meio ambiente é também rever relações e dinâmicas presentes em nossa cultura. Segundo Worster, o ambiente construído expressa a cultura. Nessa perspectiva, não devemos separar a natureza da cultura, pois essas questões estão enlaçadas.

Ao debater sobre a Amazônia, um dos temas que mais circulam na mídia é o das mudanças climáticas, fruto do aumento da produção do carbono e o quanto está indo para a atmosfera. Assim, ao estudar apenas a questão ambiental, limitar-se-ia ao esclarecimento do processo natural de forma isolada, mas, e às questões culturais que estão envolvidas, como: por que o Brasil se dedica prioritariamente à produção de commodities e à monocultura? Requer conhecimento das ciências naturais, mas também compreensão de fatores culturais e sociais.

As relações histórico-ambientais são fundamentais para esta pesquisa e foram analisadas através do enfoque das relações humanas/natureza, partindo da ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação. A História Ambiental nos traz inúmeras contribuições, pois se trata de um campo interdisciplinar e que sintetiza contribuições de diversas áreas. “Lucien Febvre costumava dizer: a história é o homem. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo

---

<sup>6</sup> REPÓRTER BRASIL (2015). METODOLOGIA, ESCRAVO NEM PENSAR: Uma experiência de formação continuada para professores . In: Escravo, nem pensar! Disponível em: <[https://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2017/11/metodologia\\_anexos\\_linkados2.pdf](https://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2017/11/metodologia_anexos_linkados2.pdf)>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos.” (Braudel *apud* Moore, 2003, p.431). Lucien Febvre e tantos outros partem da perspectiva de que o historiador não deve ficar isolado do seu tempo, mas sim que precisa buscar problematizar o passado através de demandas do presente e, por certo, a questão ambiental tem sido de suma importância na era Pós-Moderna.

Seguindo essa proposta, a pesquisa segue um caráter fortemente interdisciplinar, trazendo contribuições de diversos campos científicos. A sua centralidade nos estudos da História Social do Trabalho e História Ambiental nos mostra que esses campos têm passado por uma importante renovação e ampliação. Uma nova geração de historiadores e historiadoras expandiram o escopo de tais campos de estudo. A História Social tem incluído o tema relacionado às atividades "informais" e às conexões entre trabalho "livre", "forçado" e "escravo", como dedicou-se essa pesquisa. Essa produção acadêmica inclui, ainda, estudos de temas considerados subalternos, tais como gênero e etnicidade. Além disso, há uma busca por explorar novos aspectos de temas considerados mais clássicos, como greves, sindicalismo, participação partidária ou eleitoral, assim como o papel do Estado e das leis na configuração das estratégias de luta por direitos dos(as) trabalhadores(as), bem como na construção da cidadania e democracia no país.

Ao mesmo tempo que a História Ambiental é um campo essencial na análise de particularidades que compõem contribuições de diversas áreas e cuja prática é inerentemente interdisciplinar. As suas contribuições transformam a forma de captar a interação entre o homem e o mundo natural. Apresentam, ainda, o ambiente como agente ativo na história, uma vez que as pessoas organizam e reorganizam suas vidas relacionando-se com o meio. Apesar da existência anterior de estudos que olhassem para a questão do mundo natural, apenas no século XX que a historiografia desenvolveu uma atenção sistemática aos fatores ambientais e suas conexões com a história humana.

De acordo com Worster (1991), a ideia de uma História Ambiental surgiu na década de 1970, com as conferências sobre a crise global e o crescimento dos movimentos ambientalistas entre cidadãos de vários países, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. A análise socioambiental da História é resultado de seu tempo, pois possui objetivos morais e compromissos políticos em um contexto no qual o meio ambiente desponta como interesse mundial. E se o historiador vai ao passado através das demandas do presente, por certo, a questão ecológica impulsionou uma revisão da História, considerando as preocupações da contemporaneidade.

Determinadas transformações epistemológicas, consolidadas no século XX, provocaram historiadores a repensar temáticas estudadas. José Augusto Pádua apresenta três mudanças no entendimento do mundo natural pelos seres humanos, sendo: a noção de que o homem produz sérios impactos no mundo e pode causar sua degradação; a ampliação dos marcos cronológicos da terra para bilhões de anos; e a percepção da natureza como um agente histórico, em sucessivos processos de construção e reconstrução ao longo do tempo (Pádua, 2010).

Worster, em seu trabalho "Para Fazer História Ambiental"<sup>7</sup>, discute como a história ambiental é fruto da ampliação de uma perspectiva da história, tornando-se um campo mais profundo e diversificado, incluindo contribuições da História, Geografia, Biologia, Ecologia, Química, Literatura; enfim, um campo que surgiu de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, entretanto, com seu amadurecimento, passou a aprofundar a compreensão "de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados" (Worster, 1991, p.200). A História Ambiental evidencia, ainda, que "a vasta experiência de diálogo e de trabalho interdisciplinar que facilita suas aproximações no estudo das relações do ser humano com a natureza no passado" (Dos Santos Bicalho et al. 2020), e isso contribui, sem dúvida, para a construção de uma visão mais crítica e vasta do presente.

A construção de uma configuração analítica e produção dos mapeamentos foram realizadas através do recolhimento e ordenamento de dados recolhidos de diversos documentos, além de uma revisão bibliográfica pertinente à temática. Os relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) constituem as duas maiores fontes de dados em relação ao Trabalho Escravo Contemporâneo. Tratando-se de informações sobre o desmatamento, tomou-se como fontes o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Instituto do Homem e do Meio Ambiente (IMAZON), do Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para índices populacionais, de produção agrícola e pecuária. A associação dessas informações foi fundamental para identificar a ocorrência dessas duas práticas em um mesmo espaço. Dessa forma, buscou-se também a construção de uma pesquisa exploratória, através da análise dos dados de resgate de trabalhadores escravizados, dos índices de desflorestamento, bem como do desenvolvimento de atividades econômicas.

---

<sup>7</sup> WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215, 1991.

A partir dos dados, foi possível concluir o avanço do desmatamento nos estados que desenvolveram políticas de colonização, bem como são locais nos quais se estabeleceram as principais atividades econômicas. Além disso, com a análise conjunta dessas configurações, objetiva-se direcionar a busca e repressão de situações semelhantes, já que, por enquanto, as ações de resgate são motivadas principalmente por denúncias. Por fim, o exame deve contribuir para a adoção de políticas de prevenção, detectando as regiões mais vulneráveis ao aliciamento de trabalhadores.

## **2. PROCESSO DE OCUPAÇÃO: “VEREDAS DA DESTRUIÇÃO”**

A partir do processo de ocupação da Amazônia, acima de tudo na década de 1960, observou-se uma série de transformações socioambientais, ocasionadas pelo uso da terra e uma complexa rede de apropriações territoriais (Castro, 2005). Essa alteração espacial está organicamente relacionada à estrutura social do país, desigual em renda e oportunidades e, a capacidade de acumulação dada a essas fronteiras mostrou-se para muitos trabalhadores uma forma de ganhar seu sustento, entretanto, para empresários era uma chance para expandir as fronteiras de capitalização. Esse período foi caracterizado por um modelo desenvolvimentista, baseado em políticas de colonização lideradas pelo Estado e constituída por grandes projetos de infraestrutura. A introdução desse modelo e inserção da Amazônia na economia mundial globalizada interage como uma das principais causas do aumento do desflorestamento.

Ao longo das últimas décadas, a transformação das dinâmicas econômicas corroborou em uma modificação contínua da floresta Amazônica, o que levou a uma perda importante de cobertura florestal, dada a extensão das terras atingidas. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), até a década de 1960, a região que compõe a Amazônia Legal possuía cerca de 1% desmatado sobre a área de floresta original, três décadas depois essa porcentagem chegou a 11% e no ano de 2022 chegou a 21%.

Estados como Mato Grosso, Pará e Maranhão são grandes exemplos de espaços que foram enormemente alterados, principalmente em relação a utilização do solo, com redução da biodiversidade (florestal e animal) e de técnicas de cultivos agroflorestais que eram desenvolvidos em unidades produtivas familiares e foram modificadas para atender as tendências de uma economia do mercado globalizado (Castro, 2005, p.6). É importante ressaltar que a alteração espacial que se visualiza na Amazônia é resultado de uma série de transformações que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas. Os interesses dos atores sociais presentes nessas áreas denotam as diferentes formas e propósitos de ocupação desses espaços, por isso também, não se fala de uma causa para o desmatamento, mas de causas múltiplas que envolvem influências políticas e econômicas sobre os agentes.

A idealização da Amazônia como território que possui um “vazio demográfico” e terras férteis, ideais para o cultivo, foi amplamente divulgada pelos governos militares e serviram de base para a implementação de políticas de ocupação. Ou seja, os discursos consagraram a concepção do território referido como rico em recursos naturais e de terras favoráveis ao cultivo, aliando-se a essa a concepção de que ainda não havia pessoas que fossem se apropriar desse espaço. Percebe-se a argumentação de que há um desequilíbrio populacional entre as regiões do país, havendo uma concentração populacional na região do Nordeste e Sul, enquanto o Norte representava baixos índices populacionais e de ocupação territorial. Entretanto, “considerar a Amazônia como demograficamente vazia é ignorar a existência de inúmeros povos indígenas e comunidades chamadas “tradicionais” que vivem nesses locais há gerações”, além disso, pode-se considerar “os núcleos populacionais formados pelos migrantes” (Araújo, 2015, p.32).

Diversos discursos chamaram muita atenção de trabalhadores, especialmente do Nordeste. Isso porque, ao passo que essas alegações eram expandidas, aumentava também a narrativa de que não havia terra fértil para todos, devido às condições climáticas do território e ao desequilíbrio demográfico entre as regiões. Um dos exemplos utilizados foi a seca da década de 1970, como uma justificativa para impulsionar o deslocamento de trabalhadores mais prejudicados. O discurso pareceu cada vez mais convidativo, ao passo que muitos não possuíam um espaço para manutenção da sua sobrevivência e de suas famílias, criando, por conseguinte, a ideia de uma terra que não é suficiente para os população que possui. Desse modo, ao invés do governo buscar a criação de planejamento e administração de recursos hídricos, a estratégia utilizada foi de tirar proveito dos trabalhadores e forçá-los a se movimentar para a região amazônica. Estratégia essa que não considera a demanda de terras, a qual se deve ao modelo econômico, baseado na monocultura e no latifúndio, desenvolvido desde o período colonial.

A maior parte dos trabalhadores rurais saíam do Nordeste e se deslocavam para os estados do Pará e norte do Mato Grosso. Isso porque esses espaços receberam diversos tipos de projetos: de colonização, agropecuários e mineradores; que fizeram com que se tornassem um grande espaço de frentes de trabalho, como também se desenvolveu o avanço do desflorestamento. Muitos desses trabalhadores, ao se deslocar, passaram por grandes conflitos, pois disputavam espaço com grandes latifundiários e com empresas privadas que foram atraídas por incentivos fiscais, concedidos pelo governo.

Observam-se políticas que incluem a implementação de planos governamentais, visando a ocupação da Amazônia. Dentre essas ações, verifica-se o principal, Programa de

Integração Nacional (PIN), criado a partir do decreto-Lei Nº. 1.106, na década de 1970, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Dessa forma,

Das políticas formuladas com base nessa visão, duas materializar-se-iam em grandes obras que definiram, a partir daí, e de forma irreversível, o futuro dessa região e de sua integração à economia nacional: a construção de Brasília e a abertura da rodovia Belém-Brasília. Essas obras constituem um marco, pois, a partir daí, a política que nortearia o avanço da fronteira econômica na Amazônia permitiu, de um lado, a incorporação de novos territórios à economia e à sociedade e, de outro, o aprofundamento da integração ao mercado nacional e às estruturas produtivas de acumulação do capital globalizado (Castro, 2008, p.10).

Os grandes projetos de integração empreendidos no Brasil, foram produzidos com base em discursos que associam a ideia de fortalecimento e desenvolvimento da nação (Castro, 2018). Para que os projetos de colonização dessem certo, era necessário que houvesse investimento em grandes obras de infraestrutura, que foi concretizado com a primeira proposta do PIN – a construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. A edificação dessas vias, possibilitou a ligação do Norte ao Nordeste e Norte ao Noroeste. Esse pode ser considerado um dos principais vetores para o aumento do desmatamento na região, já que se pode deduzir que, para abertura e construção de rodovias e instalação de quaisquer empresas e propriedades, foi necessário o desflorestamento de áreas até então pouco ou nada tocadas. Nessa conjuntura,

a integração tornou-se uma meta dos programas de construção de grandes eixos rodoviários, como a rodovia BR-230 (Transamazônica), a rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), a rodovia BR-364 (Manaus-Porto Velho) e a Perimetral Norte. Os grandes projetos de colonização também constituíram pilares da política de integração nacional, e os investimentos em infraestrutura viabilizaram o avanço em direção a novas áreas, potencializando a expansão da agropecuária [...] (Castro, 2007, p. 109).

A expansão da infraestrutura foi um importante requisito para dar suporte às novas dinâmicas de exploração e circulação de mercadorias, além de ser objeto fundamental da articulação de fortes grupos de poder e de interesses econômicos diferentes, mas que necessitam de um conjunto de serviços básicos para o aumento de seus capitais. A construção das rodovias nos territórios para propósito de integração nacional demonstrou que essa ação atende a uma série de interesses e, assim que efetivada, elas foram capazes de condicionar processos espaciais.

O Estado e os diversos grupos inseridos na região são capazes de materializar grandes infraestruturas e mobilizar deslocamentos de informações, cargas, pessoas e capital (Barros, et al, 2020). Entretanto, a construção desses mega projetos infraestruturais são realizados à custa do desmatamento de grandes áreas. Segundo dados disponibilizados pela World Wide Fund

For Nature (WWF)<sup>8</sup>, na Amazônia, cerca de 75% dos desmatamentos aconteceram na trajetória ao longo das rodovias asfaltadas, causando impactos que não limitaram-se a suas faixas. A exemplo, se pode citar a Belém-Brasília<sup>9</sup> e Cuiabá-Porto Velho<sup>10</sup>, Transamazônica<sup>11</sup> e Cuiabá-Santarém<sup>12</sup>, principais linhas do arco do desmatamento<sup>13</sup>.

As rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho iniciaram, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, a construção de caminhos que interligam regiões do interior do país. Nesse período já se observa o plano desenvolvimentista. A Belém-Brasília “cortaria a floresta Amazônica, ligaria o novo distrito federal e os futuros estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, com 2.772 quilômetros de extensão”.<sup>14</sup> Com a sua conclusão na década de 1960, o eixo principal passou a ser uma direção sul-norte. Enquanto, a Cuiabá-Porto Velho foi uma rodovia de fundamental importância para o escoamento da produção das regiões norte e centro-oeste do país. Desde então, o que se percebeu foi a criação de um fluxo que passa a ocorrer em diferentes direções. Principalmente, com a construção da BR-230 (Transamazônica) e BR-163 (Cuiabá-Santarém). Os fluxos passam então a ocorrer em diversas direções, de leste a oeste, sul a norte e vice e versa.

Para que os projetos de colonização dessem certo, foi necessário que houvesse aplicação de recursos e esforços em grandes obras de infraestrutura, e foi justamente a primeira proposta do PIN - a construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. A construção da BR-163 em Mato Grosso, na década de 1970, foi parte desse projeto e pertencia ao movimento “Integrar para não entregar”, ligando a capital matogrossense a Santarém, no Pará. É uma das principais rodovias construídas no interior do Brasil. No Mato Grosso, a estrada representa a principal rota de escoamento da safra de grãos,

<sup>8</sup> Originalmente, a sigla WWF é referente a World Wildlife Fund (em tradução livre: Fundo Mundial para a Vida Selvagem), mas, ao longo do tempo, toda rede atualizou a definição para World Wide Fund for Nature, que significa Fundo Mundial Para a Natureza. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/sobrenos/redewwf/>> Acesso em 7 de setembro de 2023.

<sup>9</sup> Construída a partir da década de 1950, a rodovia Belém-Brasília é um conjunto formado por onze rodovias federais do Brasil, que conectam a capital do país a Belém, no Pará.

<sup>10</sup> A BR-319, Cuiabá-Porto Velho, construída no início da década de 1960, passa pelos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. É uma rota fundamental para o escoamento das produções do norte e centro oeste do país, principalmente de soja e milho.

<sup>11</sup> A BR-230, construída durante o governo Médici, é a maior rodovia transversal do país, ligando a cidade portuária de Cabelo, na Paraíba, à Lábrea no Amazonas. Foi uma das principais obras do projeto de Integração Nacional por ligar leste a oeste e vice-versa.

<sup>12</sup> A Rodovia Cuiabá-Santarém, construída a partir da década de 1970, é um trecho da BR-163 que liga a capital do Mato Grosso, Cuiabá, a Santarém, no Pará.

<sup>13</sup> “Arco do desmatamento” ou “arco do fogo” é a região da Amazônia onde se encontram os maiores índices de desflorestamento, cerca de 75% está acumulado nessa área. É um território que vai do oeste do Maranhão e sul do Pará em direção à oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre; correspondendo a 256 municípios.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/belem-brasilia-rodovia-de-integracao>> . Acesso em 09 de setembro de 2023.

sendo ele o maior produtor de soja do Brasil e o terceiro maior do mundo, segundo dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA). No Pará, a rodovia atravessa uma das regiões mais ricas de recursos naturais, a qual também se trata de uma zona de grande potencial econômico. Além disso, a região é marcada pela presença da floresta Amazônica, bem como do cerrado e de bacias hidrográficas.

A partir do asfaltamento de parte da rodovia BR-163, o processo de ocupação da região passou a ter novos e intensos fluxos de capital, de trabalhadores e de investimentos. As novas dinâmicas e interesses combinaram-se com questões historicamente identificadas na região, exacerbando embates entre setores ligados à expansão da fronteira agrícola, em vista dos interesses econômicos articulados nacional e internacionalmente, e pequenos produtores; tráfico de metais preciosos; avanço ilegal sobre os estoques naturais da região com desmatamento acima dos níveis definidos legalmente e invasão de áreas de preservação ambiental; desintegração e conflitos entre ações governamentais; grilagem de terras; precaríssimas políticas de ordenamento territorial, objeto de muitas disputas pela posse da terra e para ter acesso a políticas de crédito governamental; conflitos com etnias indígenas, em defesa de suas terras e culturas; atuação de movimentos sociais ambientalistas contrários à exploração predatória (Brito; Castro, 2018, p.54).

A rodovia servia como uma verdadeira porta de entrada para o coração da floresta. E, seguindo a mesma proposta da Cuiabá-Santarém, mas, agora, com o objetivo de interligar as regiões Norte e Nordeste do país, iniciou-se a construção da Transamazônica, em setembro de 1970. Esta representa um caminho transversal, sendo também a mais longa, pois liga o Município de Lábrea, no Amazonas, à região portuária de Cabedelo, na Paraíba. É a terceira maior rodovia brasileira, segundo o IBGE, cortando sete estados do país: Amazônia, Pará, Maranhão, Tocantins, Piauí, Ceará e Paraíba.

A construção desses empreendimentos estão profundamente associadas às práticas econômicas que se alinhavam ao paradigma da modernidade-colonialidade. Dessa forma, os investimentos em infraestrutura, associados à iniciativa privada, foram direcionados especialmente aos setores da agropecuária. Esses domínios são favoráveis aos interesses da economia mundial globalizada, entretanto ocasionam graves problemas sociais e ambientais, já que são as principais regiões nas quais ocorrem o crescimento desenfreado de conflitos de terra e do desmatamento.

A construção dessas rodovias, mesmo com problemas de trafegabilidade, possibilitou a ocupação e ordenamento do território. O que transformou em um marco para o avanço da fronteira econômica, permitindo, por um lado, “a incorporação de novos territórios à economia e à sociedade nacionais, e, de outro, a integração às estruturas produtivas e ao mercado globalizado” (Castro, 2007, p. 110). A estruturação desses grandes projetos conta com investimentos do Estado e de empresas privadas, pois, ao passo que houve o

desenvolvimento dessas rodovias, possibilitou-se também a “exportação de matérias-primas ao mercado externo, produzidas em grande parte nos estados do Pará e Mato Grosso, hoje commodities muito importantes na balança comercial do Brasil, como a soja, o ouro e outros metais de grande valor no mercado internacional” (Castro, 2017, p. 53).

A partir do estudo de um dos estados recortes dessa pesquisa, o oeste do Pará, demonstra-se um exemplo da reconfiguração espacial, fruto dessas novas dinâmicas econômicas que induziram a construção de megaprojetos infraestruturais e que demonstraram a associação de interesses do Estado ao grande capital. Percebe-se que a rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém tem grande relevância para o escoamento de grãos, por isso é “um canal estratégico e uma das principais rotas nacionais para acessar os portos, permitindo a exportação da produção agrícola da região norte do país” (Castro, 2018, p.58).

A preocupação com esses megaprojetos infraestruturais é fruto de um cuidado com o papel do transporte no espaço global de fluxos, pois, com a fluidez do transporte, menor tempo será gasto e, conseqüentemente, terá a redução dos custos para escoamento da produção. Além de que, com o melhoramento dessas vias, o transporte das commodities produzidas é facilitado, fazendo com que o lucro seja maior. Dessa forma, essas rodovias funcionam como corredores de conectividade de transportes

[...] que são ligações intermodais, como a integração da BR-319 à hidrovía do rio Amazonas (porto de Manaus), a integração da BR-163 à hidrovía do rio Amazonas e à hidrovía Teles-Pires, a integração da BR-230, Transamazônica, por meio da construção de uma ponte sobre o rio Araguaia, a integração da hidrovía do rio Amazonas, via BR-230 à hidrovía do rio Tocantins, além das ligações com a ferrovia Norte-Sul-Estrada de Ferro Carajás (Castro, 2009,p. 53).

Apesar de ter diversificado sua produção nas últimas décadas, o Brasil teve a sua inserção no mercado internacional como um produtor e exportador de commodities, sendo a Amazônia transformada em suas fronteiras.

A alteração territorial que presenciamos hoje na Amazônia resulta efetivamente de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas, entre as quais as novas demandas do mercado mundial e a diferenciação interna de setores econômicos que alteraram o uso da terra e a estrutura da propriedade. Para entender essa alteração, é preciso considerar a interação entre os processos locais e a dinâmica de mercados globais, fundamental para identificar as conexões lógicas que explicam o complexo mercado transnacional e a pressão de agentes econômicos sobre os recursos naturais (Castro, 2007, p. 107).

Por trás desses grandes projetos infraestruturais na Amazônia, estão os discursos “como fundamentais para superar a crise econômica mundial, criar postos de trabalho e

valorizar os investimentos, fatores ditos fundamentais para vencer a pobreza e as desigualdades e inserir o país e a região nos processos de internacionalização da economia” (Castro, 2018, p. 61). Ou seja, a proposta se fundamenta na ideia de que a política de integrar as regiões pertencentes ao território brasileiro ajudaria no processo de apropriação de áreas de difícil acesso e com baixa ocupação demográfica.

A ocupação das regiões que contornam as rodovias geram uma série de problemas, pois esses locais vêm sendo diretamente afetados pelas transformações espaciais e econômicas provocadas pelas grandes obras e novas dinâmicas que nelas são dispostas, pois é nesses locais que as políticas se materializam, interferindo diretamente no uso social do território e na qualidade de vida das pessoas. Além disso, a abertura desses caminhos é apontada como uma das maiores causas do desmatamento nas regiões em que os empreendimentos estruturais circundam, pois essas obras são fundamentais para o transporte de commodities agrícolas, mas também facilitam o transporte de madeira ilegal, grilagem e garimpagem.

O aumento da produção de produtos como soja e milho, além da concentração da pecuária na região impulsiona que haja mais investimento na construção de hidrovias, ferrovias e rodovias. A edificação dessa infraestrutura foi um fator decisivo e, que pode afetar mais a floresta que as próprias plantações, uma vez que abrem caminho para que a destruição sobreviva. Nessas áreas a movimentação é facilitada e adentrar esses territórios tornou-se algo possível.

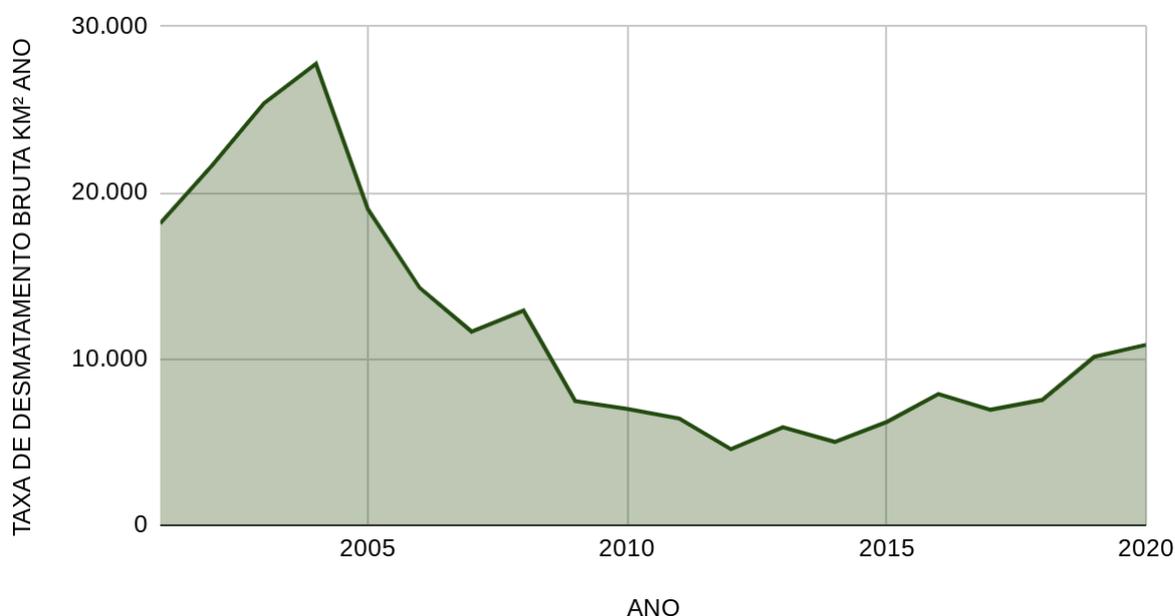
Na década de 1990 e na metade dos anos 2000, é possível observar nos gráficos a seguir, o aumento alarmante do desmatamento na região Amazônica. Esse crescimento fez com que o assunto chamasse a atenção do mundo, principalmente porque o desflorestamento na Amazônia Legal, entre 1990 e 2010 ocorreu, principalmente, no arco do desmatamento. E, como já posto, são diversos fatores econômicos e sociais que causaram a percepção dessas consequências décadas depois.

### TAXA DE DESMATAMENTO BRUTA KM<sup>2</sup> NA DÉCADA DE 1990



O gráfico apresenta os índices de desmatamento bruto por km<sup>2</sup> na Amazônia no decorrer da década de 1990. Os dados foram retirados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES). Disponível: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>> . Construção do gráfico: Mileide Caroline da Silva (2023).

### TAXA DE DESMATAMENTO BRUTA KM<sup>2</sup> ANO (2000-2020)



O gráfico indica as taxas de desmatamento bruto por km<sup>2</sup> na Amazônia entre 2000-2020. Os dados foram retirados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES). Disponível: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>> . Construção do gráfico: Mileide Caroline da Silva (2023).

A tendência de queda do desmatamento deu início em 2004, ainda assim, houve o aumento da atividade pecuária, além da expansão do cultivo de soja e milho. Segundo Miragaya (2013), esse avanço transformou a região Amazônica e, particularmente o arco do desmatamento, no principal local pecuarista do país, respondendo por cerca de 80% do aumento do rebanho bovino no período. Mas, o que pode explicar essa redução no desmatamento, apesar do aumento de atividades econômicas? Sabe-se, que o aumento das atividades econômicas influenciou fortemente o acréscimo, entretanto há algumas hipóteses que podem explicar.

A hipótese aqui adotada é de que tal situação ocorreu, sobretudo, em razão da implementação pelo governo federal, a partir de 2004, de ações voltadas para coibir o avanço do desflorestamento, particularmente: a) a repressão ao desmatamento ilegal, com aumento da fiscalização; e b) a criação de mosaicos de unidades de conservação e de terras indígenas ao longo dos principais vetores da fronteira agropecuária, sobretudo, no Arco do Desmatamento. Com isso ocorreu uma forte restrição da oferta de áreas para o avanço do gado sobre a floresta. Como o mercado de carne bovina mantinha-se aquecido, tal estratégia forçou os pecuaristas a buscarem uma alternativa à expansão horizontal, levando-os a ampliarem a produção mediante o aumento da produtividade dos pastos, viabilizada por meio de um maior investimento (Miragaya, 2013, p. 5).

Isto significa que, à medida que a procura interna e internacional de grãos e outros produtos agrícolas se expande, existem oportunidades para ampliar a produção interna, o que fez com que aumentasse também a procura de terras mais próximas dos principais mercados consumidores, indústrias de beneficiamento e principais eixos de transporte. Assim, “com a consequente valorização das terras nas regiões sul e sudeste houve o deslocamento das áreas destinadas às pastagens nessas regiões para áreas menos providas de infraestrutura e, portanto, menos valorizadas” (Miragaya, 2013, p.120).

## 2.1 Atividades econômicas e desmatamento na Amazônia

A floresta amazônica viveu em 2021 o seu pior ano em uma década. De janeiro a dezembro, foram destruídos 10.362 km<sup>2</sup> de mata nativa, o que equivale à metade do estado de Sergipe. Os dados são do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), que monitora a região por meio de imagens de satélites. Apenas em relação a 2020, ano em que o desmatamento na Amazônia já havia ocupado a maior área desde 2012, com 8.096 km<sup>2</sup> de floresta destruídos, a devastação em 2021 foi 29% maior. Além disso, quando nos deparamos com os danos ambientais causados por essas atividades, extrapolamos a questão do desmatamento das florestas, incluindo ainda os problemas causados à biodiversidade de todo um bioma. As repercussões têm levado a redução de produtividade, modificações no regime hidrológico, perda da biodiversidade, mudanças climáticas, entre outros.

A recente expansão das atividades econômicas da Amazônia tem alterado a região de forma acelerada. Mas, o que faz esse aumento ser tão assustador? Nas últimas décadas, a proporção e a lógica do desmatamento têm se modificado, estando associadas a atividades que tendem a se intensificar, transformando esta vasta área de uma fronteira de ocupação para uma área de povoamento consolidado. Está com significativo potencial de desenvolvimento, por um ângulo, devido à intensificação do povoamento e, por outro, do crescimento das atividades produtivas (Miragaya, 2013).

A introdução da economia capitalizada na Amazônia transformou a forma como a região foi explorada historicamente – extrativismo vegetal, pesca e a atividade extrativa mineral. As políticas das últimas décadas buscaram a incorporação e ocupação da Amazônia através da dinâmica capitalista, que propôs investimento e expansão das atividades produtivas. Como citado anteriormente, isto foi possibilitado através da construção de uma infraestrutura, em particular rodoviária, que facilitou o desenvolvimento de processos tecnológicos adequados à ampliação da demanda que o mercado do setor agropecuário necessitava.

A expansão da fronteira agropecuária na Amazônia é parte do processo de avanço da pecuária extensiva nas áreas de florestas, por meio do desmatamento e do fogo, seguido do cultivo de lavouras temporárias para a formação de pastagens, que, iniciado no Sudeste do país, comandou as mudanças em larga escala no uso da terra no Brasil nos últimos cinquenta anos (Becker, 2004, pág. 80).

Com a diminuição da disponibilidade de terras, há a intensificação do uso dessas em espaços já anexados à fronteira econômica, além da busca por aumentar a produtividade, ou seja, em conseguir maior produção em uma área de menor dimensão. As políticas públicas que buscaram diminuir a área desflorestada na Amazônia visam esse tipo de alternativa, o que pode, por alguns anos, significar um movimento de desaceleração nas taxas de desmatamento. Entre as três principais atividades econômicas responsáveis pelo desmatamento na Amazônia (pecuária, agricultura familiar e mecanizada), a primeira tem sido a de maior impacto para o meio ambiente. Na década de 1990, a pecuária correspondeu a 75% do desflorestamento na região. Segundo (Alencar et al, 2004), o principal estímulo para o avanço da pecuária – assim como a soja e outras culturas – vem do crescimento da demanda internacional.

O Brasil, segundo relatou um novo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui um rebanho bovino – 224,6 milhões de bovinos – maior do que a própria população – 203,1 milhões de brasileiros. Este rebanho cresceu pelo terceiro ano consecutivo, dados de 2021, e alcançou o número recorde da série histórica, segundo a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), divulgada pelo IBGE. O crescimento de 3,1% na comparação com 2020 fez o número de cabeças chegar a 224,6 milhões, ultrapassando o recorde anterior, de 2016 (218,2 milhões). Enquanto isso, segundo o Censo Demográfico do IBGE, a população do país chegou a 203,1 milhões em 2022, com aumento de 6,5% frente ao censo demográfico anterior, realizado em 2010. Isso representa um acréscimo de 12,3 milhões de pessoas no período. Sendo assim, o Brasil tem mais gado do que pessoas, isso é fato. Apesar de o número de brasileiros ter crescido, o número de bovinos é mais de 10% superior. Os dados sobre a quantidade de habitantes do Brasil são do Censo 2022, do IBGE. A estimativa da população de bovinos também é fruto de dados compilados pelo IBGE.<sup>15</sup>

De acordo com mais dados disponibilizados pelo IBGE, em 2021, a safra agrícola brasileira chegou ao incrível valor de produção de 743,3 bilhões no Mato Grosso, líder de produção – contou com sete dentre os dez municípios com maiores valores de produção de safra agrícola no país. Em 2020, a produção do estado chegou a R\$ 151,7 bilhões, cerca de 20,4% do valor da produção agrícola em todo território nacional.<sup>16</sup> Dessa forma, é possível perceber que o impacto econômico tem sido bastante significativo, com a intensificação da

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.comprerural.com/com-2246-milhoes-de-bovinos-brasil-tem-mais-boi-que-gente/> Acesso em 15 de setembro de 2023.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-09/producao-agricola-em-2021-bate-novo-recorde-e-atinge-r-7433-bilhoes> Acesso em 15 de setembro de 2023.

atividade agropecuária e, em menor escala, da mineração, no arco do desmatamento, que se expressou no acelerado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional. Do ano de 1990 à 2009, as “sub-regiões que apresentaram os maiores PIB’s, em termos absolutos, foram o sudeste do Pará (predomínio da produção mineral e da pecuária bovina) e o norte do Mato Grosso (predomínio da produção de grãos e da atividade agroindustrial)” (Miragaya, 2013, p. 168). Entretanto, mesmo possibilitando uma geração de riqueza, é necessário ressaltar que ainda há uma grande concentração fundiária.

De acordo com pesquisa também do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, a desproporção entre bois e pessoas é percebida em onze unidades federativas, sendo sete dos estados que compõem a Amazônia Legal. Dentre eles estão: Mato Grosso, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Desses, Rondônia chega a ter quase dez vezes mais cabeças de gado que pessoas, sendo 1,5 milhão de pessoas e 15,1 milhões de bois. Em seguida, vem o Mato Grosso com cerca de nove cabeças para cada habitante, visto que são 2,7 milhões de pessoas e 18,6 milhões de cabeças de gado. A cidade que tem a maior diferença entre o número de gado e pessoas é São Félix do Xingu<sup>17</sup>, no Pará: são 65,4 mil habitantes e 2,5 milhões de bovinos.<sup>18</sup>

Os impactos causados pelo setor agropecuário são visíveis no território da Amazônia. É possível perceber que os estados que lideram esses setores econômicos são também recordistas em desmatamento. Através do mapa abaixo, elaborado com dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), é possível confirmar que a concentração de áreas desflorestadas é em regiões onde avança a fronteira agrícola.

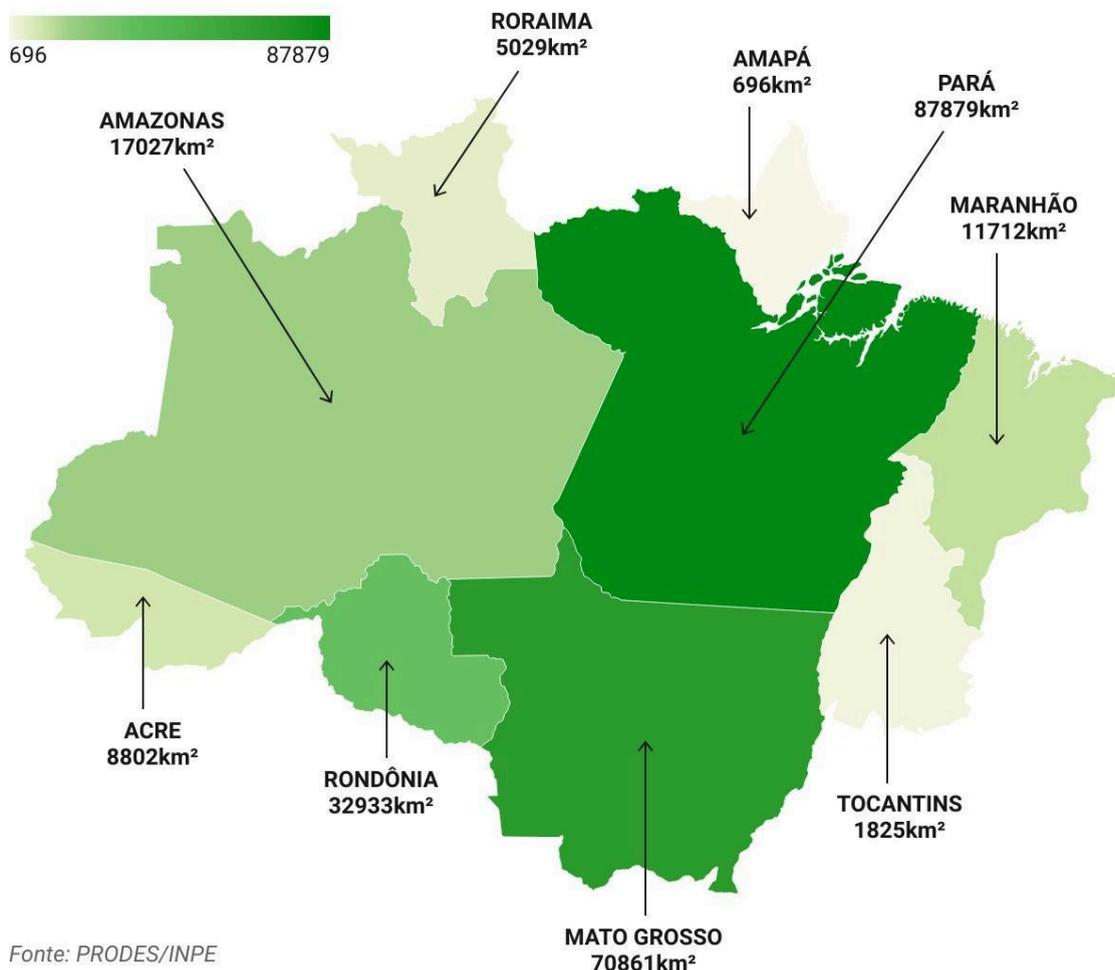
---

<sup>17</sup> As cinco primeiras posições se completam com Corumbá (MS), Marabá (PA), Porto Velho (RO) e Cáceres (MT).

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.sna.agr.br/ibge-brasil-tem-mais-boi-e-vaca-do-que-gente/>>. Acesso em 15 de setembro de 2023.

## DESMATAMENTO POR ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL

Estados mais desmatados da Amazônia Legal entre os anos de 2001 e 2020



O mapa indica os Estados, que compõem a Amazônia Legal, campeões em taxa de desmatamento bruto, entre 2001-2020. Os dados foram retirados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES).

Disponível:

<<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>> . Construção do mapa: Mileide Caroline da Silva (2023).

Mato Grosso conta com sete municípios entre os dez com os maiores valores de produção da safra agrícola brasileira em 2021. A produção do estado gerou R\$ 151,7 bilhões, cerca de 20,4% do valor de produção agrícola do país. O município de Sorriso lidera a posição pelo terceiro ano. Os dados pertencem a pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM) 2021, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A safra agrícola brasileira, em 2021, alcançou um valor de produção de R\$ 743,3 bilhões, um crescimento de 58,6% ante o desempenho registrado no ano anterior. Segundo os dados apresentados pelo IBGE, dos 50 municípios com maior valor de produção, 26 estão em Mato Grosso.

De acordo com Domingues e Bermann (2012), através dos estudos focalizados na

região norte do Mato Grosso, particularmente na região do arco do desmatamento, a pecuária

e a soja têm sido os principais fatores de aumento da fronteira agrícola. A observação também é realizada através da análise de dados e das imagens de satélite da região que indicam que a expansão desses setores está diretamente associada ao desflorestamento da Amazônia.

Assim como a pecuária e o setor agrícola, a mineração tem deixado um verdadeiro rastro de destruição. De acordo com a ecóloga Laura Sonder, em seu estudo de 2017 na revista *Natures Communications*, a exploração mineral pode modificar a floresta em um raio de até 70 km ao redor das minas<sup>19</sup>. Além da mineração e da agropecuária, se pode citar os problemas causados pela produção madeireira. Pois, sendo o Brasil um dos maiores detentores de recursos florestais do mundo, a Amazônia tornou-se uma das principais produtoras mundiais desse recurso. Inclusive, o setor impulsionou de forma direta a economia de diversos municípios da Amazônia.

Segundo dados disponibilizados pelo (IMAZON)<sup>20</sup>, apesar da exploração madeireira ocorrer há séculos, havia uma grande dificuldade de adentrar em alguns territórios a oeste. A extração de madeira era extremamente seletiva e seus impactos baixos, especialmente em relação aos danos que assistimos desde a década de 1970. Nesse período, com a construção de estradas estratégicas de acesso na Amazônia (BR 010 e BR 230)<sup>21</sup>, a exploração madeireira se tornou uma atividade de grande importância econômica na região. Por isso, observamos três fatores essenciais para o aumento desse setor: a princípio, a construção das estradas possibilitou o acesso a recursos florestais em florestas densas de terra firme, ricas em madeiras de valor comercial; segundo, o custo de aquisição dessa madeira era baixo, pois a extração era realizada sem restrição ambiental e fundiária; e, finalmente, o esgotamento dos estoques madeireiros no Sul do Brasil, combinado com o crescimento econômico do País, criou uma grande demanda para a madeira amazônica.

Tratando especificamente dos estados objeto dessa pesquisa, pode-se observar alguns dados apresentados pelo Greenpeace, nos quais Mato Grosso e Pará são responsáveis por 75% da produção de madeira serrada na Amazônia, possuindo um duplo sistema de gestão madeireira: um sistema regulatório que supervisiona a gestão de propriedades e Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS); e um outro sistema de monitoramento de cadeia de custódia que tem a intenção de garantir a identificação das empresas que compram e vendem

<sup>19</sup> Disponível na revista da FAPESP: <[https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2022/11/Pesquisa\\_321-1.pdf](https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2022/11/Pesquisa_321-1.pdf)> Acesso em 09 de setembro de 2023 .

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://imazon.org.br/a-atividade-madeireira-na-amazonia-brasileira-producao-receita-e-mercados/>> Acesso em 08 de setembro de 2023.

<sup>21</sup> BR-010 (Belém-Brasília) e BR-230 (Transamazônica).

madeira desde a floresta até o usuário final. Os dois sistemas estão vulneráveis a uma série de abusos por parte daqueles que pretendem lucrar com a extração ilegal de madeira. Como resultado disso, 78% das áreas exploradas no Pará e 54% no Mato Grosso foram ilegais entre 2011 e 2012<sup>22</sup>.

Ainda sob o olhar dos impactos da ocupação territorial na região da Amazônia, no arco do desmatamento, uma das questões importantes para se pensar é as transformações demográficas. A Amazônia tem sido uma das regiões que mais cresceu populacionalmente nas últimas três décadas. Apenas a população do Norte do Mato Grosso passou de 309.839, na década de 1990, para 695.367, em 2010, e 3.658.813, no último censo do IBGE em 2022. Nos estados que compõem a Amazônia Legal, passaram de 17.208.819, em 1991, a 25.474.365.

Segundo Miragaya (2013), a Amazônia tem sido a região brasileira de mais acelerado crescimento populacional nas últimas décadas. Enquanto a população do País cresceu 29,8% no período entre os Censos Demográficos de 1991 e 2010, na Amazônia o aumento foi de 48%, passando de pouco mais de 17 milhões para 25,5 milhões no mesmo período (Miragaya, 2013, p.65). Nessa perspectiva, a região da Amazônia recebeu diversos tipos de projetos: de colonização, agropecuários, mineradores, entre outros; todos eles constituindo um grande espaço de frentes de trabalho para os diversos tipos de trabalhadores, aqueles que se deslocavam com a família ou aqueles em busca de trabalho temporário.

---

22

[-o-sistema-regulatorio/](#)> Acesso em 08 de setembro de 2023.

### 3. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

A submissão a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, a sujeição a condições degradantes de trabalho e a restrição de locomoção do trabalhador são os elementos que caracterizam a redução de um ser humano à condição análoga à de escravo, segundo o Código Penal brasileiro. O conceito de trabalho escravo contemporâneo, trazido pelo ordenamento brasileiro, revela que, nos tempos atuais, sua configuração vai muito além da privação de liberdade, ocorrendo nas mais amplas situações de ofensa à dignidade do ser humano, como em hipóteses de submissão a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas ou forçadas por dívidas impostas aos trabalhadores. O Brasil já ratificou diversos tratados sobre o tema, assumindo o compromisso mundial de combater o trabalho escravo. O país se comprometeu a adotar medidas eficazes e a abolir todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório por meio da assinatura das Convenções nº 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizadas em Genebra - 1930.

O termo Trabalho Escravo Contemporâneo é um conceito recentemente discutido na historiografia, apesar de a terminologia nos parecer familiar, visto que evoca uma questão já tão discutida: a escravidão moderna. De fato, o conceito de trabalho escravo foi apropriado não só por historiadores, mas por profissionais de diversas áreas do conhecimento, como ciências jurídicas, porque evoca um problema que se estendeu com o fim da escravidão institucionalizada no Brasil. Sendo o último país das Américas a abolir a escravidão, o Brasil possui uma longa história de exploração. Apesar do fim da Escravidão Moderna como instituição em 1888, através do que conhecemos como lei Áurea, em nosso território há a permanência de práticas muito semelhantes e que vulnerabilizam vidas (Guimarães Neto; Gomes, 2018).

Desenvolver a questão do Trabalho Escravo Contemporâneo na história recente do Brasil envolve encarar o ângulo mais difícil dos processos sociais, como o da precarização das normas legais de proteção ao trabalho e o dos deslocamentos internos para cidades ou regiões da fronteira agrícola (Gomes, 2012). É importante ressaltar que os deslocamentos que ocorreram nas últimas três décadas se tratam de um movimento singular numericamente, já que para a abertura de “caminhos” na Amazônia foi necessário um número expressivo de trabalhadores. Além disso, o empenho que os governos militares colocaram foi decisivo para que esse se tornasse o maior deslocamento da história do país.

A partir de 1960, a Amazônia brasileira sofreu uma drástica reconfiguração territorial, devido à ação dos planos governamentais que buscaram a integração do país. Os grandes

projetos executados na região produzem grande impacto ambiental, social, econômico e político e têm, historicamente, sido implantados na região visando a exploração das riquezas minerais, além da produção para atender às demandas dos grandes centros industriais do Sul e Sudeste do país, bem como os pedidos do exterior.

A forma como estas práticas têm frequentemente ocorrido no território nacional, em especial, no que se conhece como Amazônia Legal, levou historiadores, jornalistas e profissionais da área jurídica a pensar nessa questão com mais empenho. Aos historiadores, cabe não só reportar e apresentar notícias ou mesmo desvios da lei, mas também problematizar quais as diversas dinâmicas sociais que estão sendo reproduzidas no decorrer do tempo. Afinal, como nos lembra Marc Bloch, a história é uma ciência que mobiliza os estudos do homem no tempo. Assim, é preciso pensar nas continuidades e distanciamentos que têm feito com que práticas como esta estejam se reinventando e, conseqüentemente, persistindo na formação social do Brasil.

Todos os dias, as diversas mídias reportam, em todo país, trabalhadores encontrados em situações de trabalho degradantes ou caracterizadas como análogas à escravidão. Nas últimas décadas, segundo dados disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve mais de 30 mil denúncias e cerca de 28 mil trabalhadores foram libertados, apenas no Brasil. Entretanto, as leis de repressão, criadas nas últimas décadas, não foram fruto apenas da análise da problemática que se expandia em nosso território, mas fez parte também de um fenômeno identificado internacionalmente, com a difusão de práticas de trabalho forçado, segundo terminologia da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De um lado, “estão os processos de globalização e modernização da economia, em especial das atividades agrícolas, associadas ao aumento das migrações no interior das nações e entre elas;” e, do outro, “o avanço de orientações macroeconômicas neoliberais, que produzem o afastamento do Estado do mercado de trabalho” (Guimarães Neto; Gomes, 2018, p. 85). Além de que a centralidade deste debate não se restringe à quantidade de trabalhadores encontrados nessas situações de superexploração, englobando a discussão sobre a forma cruel e implacável como são atingidos. Por esta razão, “o combate ao trabalho escravo contemporâneo é um indicador precioso de como os direitos do trabalho podem funcionar como ponta de lança para a defesa dos direitos da pessoa humana numa sociedade que se quer democrática” (Guimarães Neto; Gomes, 2018, p. 86).

Os números são uma indicação de que estamos longe de uma redução significativa, apesar da criação de aparatos para sua repressão. Contudo, tanto a atuação do Estado, através desses instrumentos de repressão, quanto à exposição da problemática na mídia, como uma

forma de denúncia, faz com que haja transformações nos processos de recrutamento e utilização desse tipo de mão de obra, pois há um número maior de riscos para quem desenvolve este tipo de atividade. Dentre elas estão as

Transformações que são resultado de “adaptações” a uma nova realidade, que reconhece a presença do Estado, ainda que de forma assistemática, e que produziram mudanças nas formas de reconhecimento mútuo, e que produziram mudanças nas formas de reconhecimento mútuo de todos os envolvidos nessa perversa rede de relações, sejam os fazendeiros/patrões, os intermediários, chamados “gatos” no vocabulário corrente, ou os próprios trabalhadores/“peões” (Guimarães Neto; Gomes, 2018, p. 88).

Em 1888, a terminologia “Trabalho Escravo” foi retirada do Código Penal. Entretanto, durante o Estado Novo, em 1940, ela retornou, devido ao aumento de denúncias de superexploração do trabalho, que se assemelhava a situação recentemente tornada ilegal. Assim, para dar conta desse novo fenômeno, introduziu-se a terminologia “trabalho análogo ao de escravo”. A volta do conceito denuncia também a ampliação dessa prática e que era necessário às nossas leis, para reconhecer que, “no Brasil, embora todos os homens fossem livres, havia aqueles que eram tratados como se não o fossem; quer dizer, que eram tratados, pelos que os exploravam, como escravos”(Guimarães Neto; Gomes, 2018, p. 13).

Dessa forma, com o desenvolvimento dessas práticas nas últimas décadas do século XX; a denúncia de diversas autoridades como a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra; e o reconhecimento da conversão daquele passado em novas formas de exploração fez com que, na década de 1990, mais especificamente no ano de 1995, fosse criado um aparato estatal que buscasse seu combate. Em 1995, há a criação dos Grupos Móveis pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A partir de então, foram resgatados até o ano de 2020 um total de 55.819 trabalhadores em todo território nacional, sendo 50% deles da Amazônia.

Na tabela a seguir é possível observar que, dos quase 60 mil trabalhadores envolvidos nas denúncias de trabalho, apenas no território da Amazônia Legal, apenas 28.094 foram libertados. Isso se dá porque muitos dos casos não são fiscalizados, por diversos motivos, como: isolamento geográfico, poucos fiscais para um território amplo, violência por parte dos empregadores/patrões, perigos das excursões e, em alguns casos, relações de amizade entre empregadores e os responsáveis pela fiscalização. Por isso, desde a criação do aparato de combate ao trabalho escravo, é possível perceber que não há um grupo suficiente para a demanda de denúncias que ocorrem, havendo, portanto, dos 2.592 casos identificados, apenas 1.609 fiscalizados. Por isso é importante, para além das denúncias, a criação de vias que impossibilitem a ocorrência dessas práticas.

<b>TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO (1995-2020)</b>					
<b>NÚMERO POR GRANDE REGIÃO</b>	<b>CASOS</b>	<b>TRAB. ENVOLVIDOS</b>	<b>CASOS FISCALIZADOS</b>	<b>LIBERTADOS</b>	<b>IDENTIFICADOS</b>
<b>AMAZÔNIA LEGAL</b>	2.592	59.752	1.609	28.094	28.107
	<b>67%</b>	<b>61%</b>	<b>56%</b>	<b>50%</b>	<b>48%</b>

A tabela indica dados do trabalho escravo entre os anos de 1995 e 2020, dando ênfase a região da Amazônia Legal. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Construção da Tabela: Mileide Caroline Da Silva.

São números impressionantes, sobretudo se considerarmos que são indicadores muito mais eficazes para se entender como a repressão tem se tornado mais presente, do que para avaliarmos se tem ocorrido, de fato, diminuição ou aumento do número de pessoas submetidas a esse tipo de exploração. Contudo, mesmo que a quantidade de trabalhadores explorados não tenha diminuído, a hipótese é a de que, após 25 anos de ações de combate por parte do Estado, com cobertura e campanhas na mídia, devem ter ocorrido transformações nos processos de recrutamento e utilização dessa mão de obra, na medida em que passou a haver riscos crescentes para o desenvolvimento de tal atividade.

<b>TRABALHADORES LIBERTADOS POR ESTADO (1995-2020)</b>	
<b>ESTADOS</b>	<b>LIBERTOS</b>
ACRE	183
AMAZONAS	535
AMAPÁ	37
MARANHÃO	3.489
MATO GROSSO	6.180
PARÁ	13.566
RONDÔNIA	950
RORAIMA	92
TOCANTINS	3.062
<b>TOTAL</b>	<b>28.094</b>

A tabela indica dados do trabalho escravo entre os anos de 1995 e 2020, dando ênfase aos trabalhadores libertos na região da Amazônia Legal. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Construção da Tabela: Mileide Caroline Da Silva.

Um problema que ainda precisa ser superado é que a quantidade de trabalhadores resgatados ainda é muito inferior ao número de denúncias realizadas. Além disso, muitos trabalhadores que são resgatados do trabalho escravo possuem dificuldades em conseguir oportunidades de emprego em outros locais nos quais não ocorre esse tipo de abuso e acabam convergindo para relações de trabalho semelhantes ou idênticas às quais estavam. Isso ocorre porque muitos desses trabalhadores são migrantes e são particularmente vulneráveis ao trabalho forçado. Inclusive, essa é uma das principais características dos grupos de trabalhadores que são submetidos a essas formas de superexploração. Trata-se, assim, de “indivíduos deslocados de suas regiões de origem, com baixa ou nenhuma qualificação ou instrução, vivendo em condições miseráveis e, por isso, dispostas a se “aventurar” em busca de uma oportunidade de trabalho, considerada inexistente onde se encontram” (Guimarães Neto; Gomes, 2018, p. 86).

A discussão sobre os usos políticos do passado é essencial para a compreensão para caracterização do novo fenômeno de exploração que tem crescido nas últimas décadas. O conceito de “Trabalho Escravo Contemporâneo” é mais que uma lembrança de um passado recente brutal, sendo também a confecção de um novo sentido para indicar a construção da configuração de um novo fenômeno da atualidade. A historicidade do conceito leva em consideração sua formulação política. Koselleck, em seu magistral estudo sobre a história dos conceitos, evoca a importância de nos atermos a todos os significados que possuem os conceitos, pois ele é polissêmico, enquanto uma palavra, apesar de se relacionar com ele, não pode ser interpretada de várias formas. Desse modo, compreende-se que um conceito é mais que uma palavra, pois são acima de tudo construções político-semânticas: são criadas nas disputas semânticas e políticas. Sobre conceito, diz Koselleck:

(...) significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega a capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio desta mesma palavra.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> KOSELLECK, Reinhart. História dos Conceitos e História Social. In \_\_\_\_\_. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC-Rio, 2006, p.97-118.

As consolidadas historiadoras da História Social do Trabalho, Ângela de Castro Gomes e Regina Beatriz Guimarães, demonstram, em um estudo fulcral para a temática, que as pesquisas dialogam com autores como Koselleck e a história dos conceitos, discutindo a questão do uso político do termo, que remete à memória do passado escravista brasileiro. A categoria foi utilizada incipientemente pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia – MT, em uma das primeiras denúncias sobre o trabalho escravo, ainda na década de 1970, na carta pastoral: “Uma igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a Marginalização Social”. A historiografia recente, cada vez mais, privilegia o tema das relações entre história e memória, através do estudo de trabalhadores e trabalhadoras. Assim, o uso do conceito de “usos políticos do passado”, para pensar o trabalho análogo ao de escravo, fornece importante “chave” de leitura da problemática.

A nova redação do Artigo 149 realizou uma mudança indispensável para a caracterização desse crime. Em razão dessa transformação, houve também a mudança da compreensão da gravidade do crime. "Isso porque, até 2003, segundo a redação original do Código Penal, o crime de submeter alguém à condição análoga à de escravo se definia basicamente pelo cerceamento da liberdade do trabalhador, quer por meio da violência explícita, quer por meio da chamada escravidão por dívidas, ou ambas (Guimarães Neto; Gomes, 2018, p. 21)". Assim, antes das mudanças feitas, limitava-se de grande maneira a caracterização e, conseqüentemente, a punição dos responsáveis por este crime. O debate da perda de liberdade, que é um ponto central da escravidão moderna (século XVI ao XIX), não é mais considerado um problema para a conceituação do problema. Assim, “o Trabalho Escravo Contemporâneo é um caso paradigmático de 'fim' de direitos de cidadania, e não só de direitos sociais do trabalho” (Guimarães Neto; Gomes, 2018, p. 86).

Dessa forma, a reforma, em 2003, foi importante para definição mais ampla, incluindo “situações em que os trabalhadores estavam submetidos ao trabalho forçado, a jornadas exaustivas de trabalho forçado, a jornadas exaustivas de trabalho e/ou a condições degradantes de trabalho” (Guimarães Neto; Gomes, 2018, p. 21). Dessa maneira, refletir sobre a problemática do Trabalho Escravo Contemporâneo se torna algo complexo, pois nosso país já envolve uma série de questões sociais, como “o da precarização das normas legais de proteção ao trabalho e das migrações internas para as cidades ou regiões de fronteira agrícola” (Guimarães Neto; Gomes, 2018, p. 85). E, para o desenvolvimento dessas discussões, a adoção do termo “trabalho análogo ao de escravo” é importante não apenas para diferenciá-lo da escravidão praticada no Brasil até o final do século XIX, mas também auxilia na criação de

dispositivos legais contra essa prática (Guimarães Neto; Gomes, 2018 *apud* Araújo, 2015, p. 102).

Por isso, o estudo das três últimas décadas do século XX e das duas primeiras do século XXI é um período importante para compreendermos o *boom* de exploração de trabalhadores, que houve, principalmente, na região Amazônica, devido a diversos processos políticos, sociais e econômicos. Os projetos de ocupação do território, planos de integração nacional, construção de grandes obras infraestruturais e ordenamento territorial, influenciados por políticas voltadas à inclusão do Brasil em uma economia capitalista e globalizada, foram vetores que definiram as formas como a sociedade se desenvolveria na região.

Por um lado, enquanto havia grande influência política, especialmente através dos discursos veiculados, de que havia um território vazio demograficamente esperando para ser ocupado, milhares de trabalhadores possuíam dificuldades para manter suas famílias, devido à seca que ocorreu na década de 1970 e ao esgotamento de terras também promovido pela economia de monocultura, que permaneceu no nordeste. O cenário perfeito para que trabalhadores e suas famílias não vissem melhor escolha a não ser o deslocamento para essas regiões. Aparentemente, uma oportunidade para quem precisava ganhar o seu sustento. Sob outro ângulo, com o apoio do governo militar – através da isenção de incentivos fiscais – para muitas empresas privadas.

Dessa maneira, as áreas também sofreram com uma ocupação massiva de diversos grupos que causaram o avanço da fronteira agrícola. Estes buscavam principalmente a capitalização através do uso do solo com a pecuária, havendo uma série de outras atividades que ocorrem nessa região, como a exploração madeireira, garimpos, além de outras formas de extrativismo, comércio de agricultura.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) constituem as duas maiores fontes de dados em relação ao Trabalho Escravo Contemporâneo. A CPT é uma associação religiosa que, desde sua fundação, em 1975, busca atuar contra as injustiças sociais ligadas a trabalhadores e trabalhadoras do campo que lutam por seu direito à terra, ao território e à condições dignas de trabalho. Essa comissão registra denúncias de trabalhadores escravizados desde a década de 1980, sendo pioneira nesses casos, desconsiderados pelo Estado, que reconheceu o problema apenas em 1995, criando, então, um aparato estatal para o combate. Nesse ano, criou-se o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que, com o auxílio da Polícia Federal, realiza inspeções em locais onde há denúncias de situações análogas às de escravos.

Apesar de não termos dados exatos do tipo de trabalho realizado pelos trabalhadores encontrados especificamente nos estados que compõe a Amazônia Legal desde 1995, momento em que se iniciou a construção de um aparato estatal para o combate do trabalho escravo contemporâneo, os dados da CPT incluem uma configuração da situação nacional, que indica não só os estados do Pará e Mato Grosso, respectivamente, com a maior quantidade de casos, denúncias e trabalhadores libertos nas últimas décadas. Em dados gerais, dentre as principais atividades realizadas estão o desmatamento, a pecuária, extrativismo vegetal, carvão vegetal, mineração, monocultivo de árvores, além do trabalho em lavouras temporárias e permanentes. Entre os quase quatro mil casos, 1954 são em atividades relacionadas à pecuária. Em segundo lugar, vê-se o carvão vegetal. Diretamente ligados ao desmatamento chegam a 179 casos.

<b>CASOS IDENTIFICADOS POR ATIVIDADES (1995-2020)</b>	
Desmatamento	179
Pecuária	1954
Monocultura de árvores	123
Extrativismo Vegetal	71
Cana de açúcar	96
Outr. Lav. Temporárias	279
Lavouras Permanentes	261
Carvão Vegetal	400
Mineração	88
Construção Civil	174
Confecção	56
Outro	201
<b>Total</b>	<b>3882</b>

A tabela indica o número de casos de trabalhadores em situação análoga a escravidão, por atividade econômica entre os anos de 1995 e 2020. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflictos-no-campo-brasil>. Construção da Tabela: Mileide Caroline Da Silva.

O deslocamento de trabalhadores rurais do Nordeste para Amazônia, principalmente para o sul do Pará e norte do Mato grosso, contribui exponencialmente para o crescimento de relações de trabalho que são classificadas como análogas à escravidão. A chegada das empresas privadas e a ampliação da presença de órgãos estatais, na Amazônia, influenciou, sobremaneira, a forma como se desenvolveram as relações de trabalho, no supracitado território. Com os incentivos fiscais do governo militar, empresas de capital privado se estabeleceram na região, com o objetivo de explorar, economicamente, recursos naturais e, diante de um novo mercado de trabalho, a mão-de-obra que para ali se deslocou (Araújo, 2015, p. 94).

Os trabalhadores atraídos pela oferta de trabalho, que não possuíam em seus estados, começaram a servir de mão-de-obra barata para diversas empresas ou para muitos dos projetos agropecuários. As agropecuárias e mineradoras utilizaram-se dessa mão-de-obra disponível, facilmente, descartável. Tendo disponível grande contingente de trabalhadores desterritorializados, distantes de suas famílias e cidades, grande parte desses indivíduos se veem ludibriados por 'empreiteiros', também conhecidos como 'gatos', que, com a promessa de altos salários, alojamento e refeições, aliciam migrantes, muitas vezes, ainda em seus estados de origem, para o trabalho em Fazendas, mineradoras ou carvoarias (Araújo, 2015, p. 96).

Tanto as propriedades direcionadas aos projetos de colonização quanto para fins agropecuários colocavam em questão outro impasse. A venda e a autorização para o estabelecimento dessas empresas sobre áreas tão grandes partiam do pressuposto de que estavam desocupadas, o que não correspondia às realidades locais, como já tinha consciência o governo federal. Nesse contexto, tornavam-se cada vez mais expressivos os números de relatos de conflitos, mortes, ameaças e expulsão de comunidades inteiras através do uso da força (Guimarães Neto; Joaroni Neto, 2017). Por conseguinte, diferentes projetos de ocupação evidenciaram a sobreposição de diferentes territorialidades, provocando uma série de divergências.

Os deslocamentos desses trabalhadores pobres adquirem contornos específicos, marcados por linhas como as várias estratégias de relações de exploração em que a prática do trabalho escravo desafia o estado de direito (Guimarães Neto, 2017). A maior parte desses trabalhadores eram provenientes do Nordeste e foram inicialmente utilizados como mão de obra na construção de rodovias e em outras obras de infraestrutura. As promessas de uma terra prometida logo se transformaram em uma realidade dura, na qual muitos tiveram que lutar contra as pesadas condições de vida que lhes foram impostas. Inúmeros foram submetidos a situações de trabalho degradantes ou análogas à de escravidão. Como é possível

verificar a partir dos dados da CPT, só na década de 1990, 16.051 trabalhadores foram encontrados e classificados nesta categoria.

<b>TRABALHADORES ESCRAVIZADOS POR ESTADO (1990-2000)</b>	
<b>ESTADOS</b>	
ACRE	1.500
AMAPÁ	12
AMAZONAS	40
MATO GROSSO	7.899
MARANHÃO	246
PARÁ	6.007
RONDÔNIA	334
RORAIMA	0
TOCANTINS	13
<b>TOTAL</b>	<b>16.051</b>

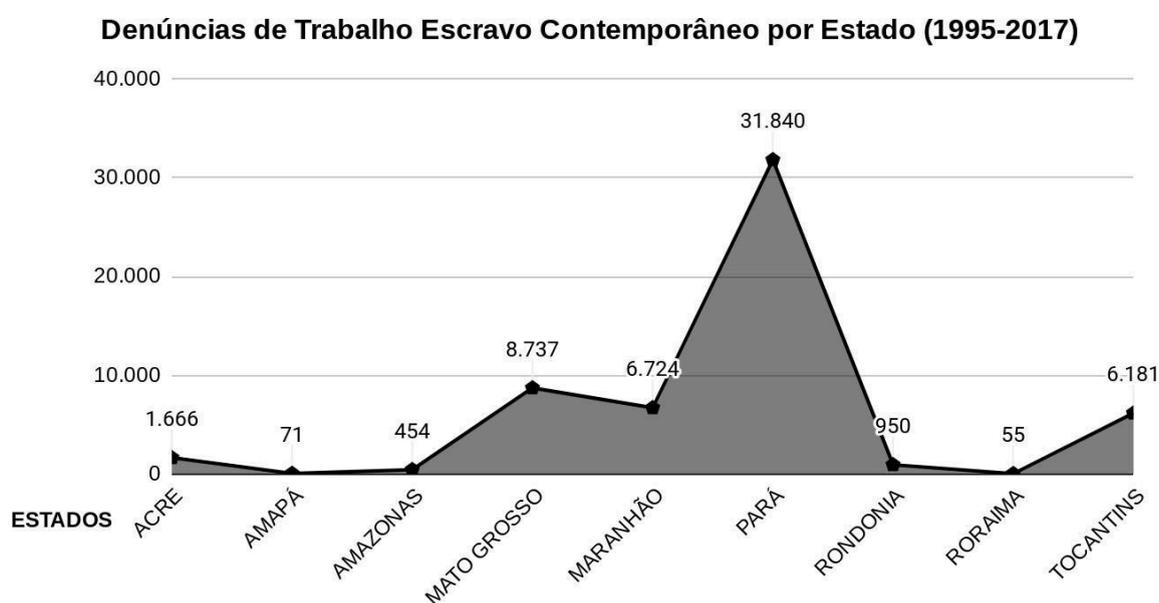
A tabela indica o número de denúncias de trabalhadores escravizados por estado da Amazônia Legal, na década de 1990. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Construção da Tabela: Mileide Caroline Da Silva.

As duas décadas seguintes assistiram a um aumento expressivo de denúncias, o que não representa particularmente que houve apenas um aumento da prática, mas também que a criação de um aparato estatal de combate em 1995 e a caracterização criminal em 2003 fez com que essas irregularidades fossem reconhecidas e reclamadas. A repressão dessas práticas fez com que o fenômeno fosse relatado entre alguns trabalhadores que se reconheceram nas condições.

Constatou-se, ainda, através dos registros da CPT, que, conforme crescia os índices de violência e assassinato a trabalhadores no campo, aumentava também o número de denúncias a trabalhadores encontrados em situações análogas à escravidão. Nota-se que, apesar de desde

1940 haver a caracterização jurídica como crime, só ganha um aparato estatal para seu combate a partir de 1995. Isso revela que, apesar das primeiras denúncias de situações degradantes e privação de liberdade de trabalhadores permearam o início do século XX, não havia políticas públicas para o combate. Apenas com a intensificação dessas práticas geradas pelo "boom" de superexploração do trabalhador – associadas ao aumento das migrações, dos processos de modernização e dos processos de orientação neoliberais – que houve a preocupação, primeiro, de órgãos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e, depois, nacionais, como o Ministério do Trabalho e Emprego, sem esquecer da Comissão Pastoral da Terra (CPT).



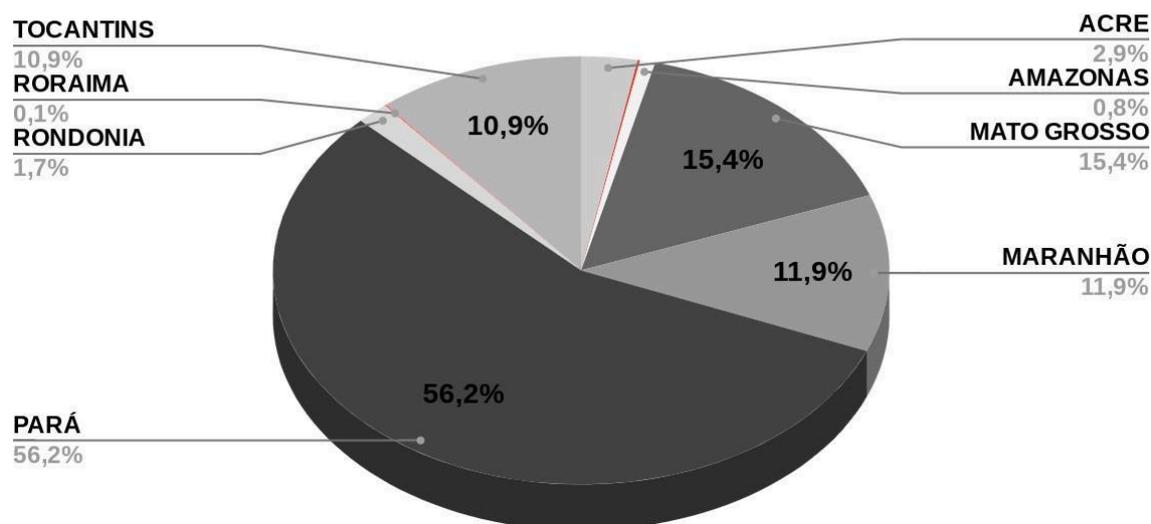
A tabela indica o número de denúncias de trabalhadores escravizados por estado da Amazônia Legal, entre 1995 e 2017. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Construção da Tabela: Mileide Caroline Da Silva.

Acima, pode-se perceber um gráfico que mostra a projeção das denúncias de trabalhadores em situações análogas à de escravidão entre os anos de 1995 e 2017, nos estados que compõem a Amazônia Legal, segundo dados da CPT. É possível analisar o fluxo de trabalhadores encontrados em cada região no decorrer do tempo, bem como há possibilidade de identificar os estados que possuem maior incidência da prática. Consta-se que os estados com maior fluxo de casos são o Pará, com 31.840, seguido do Mato Grosso, com 6.724, e Maranhão, com 6.724. As razões que explicam esse novo *boom* de superexploração do trabalhador são apontadas por uma já vasta bibliografia: de um lado, estão os processos de globalização e modernização da economia, em especial das atividades agrícolas, associados

ao aumento das migrações no interior das nações e entre elas; e, de outro, o avanço de orientações macroeconômicas neoliberais, que produzem o afastamento do Estado do mercado de trabalho, entre outras consequências.

### Denúncias de Trabalho Escravo Contemporâneo por Estado (1995-2017)

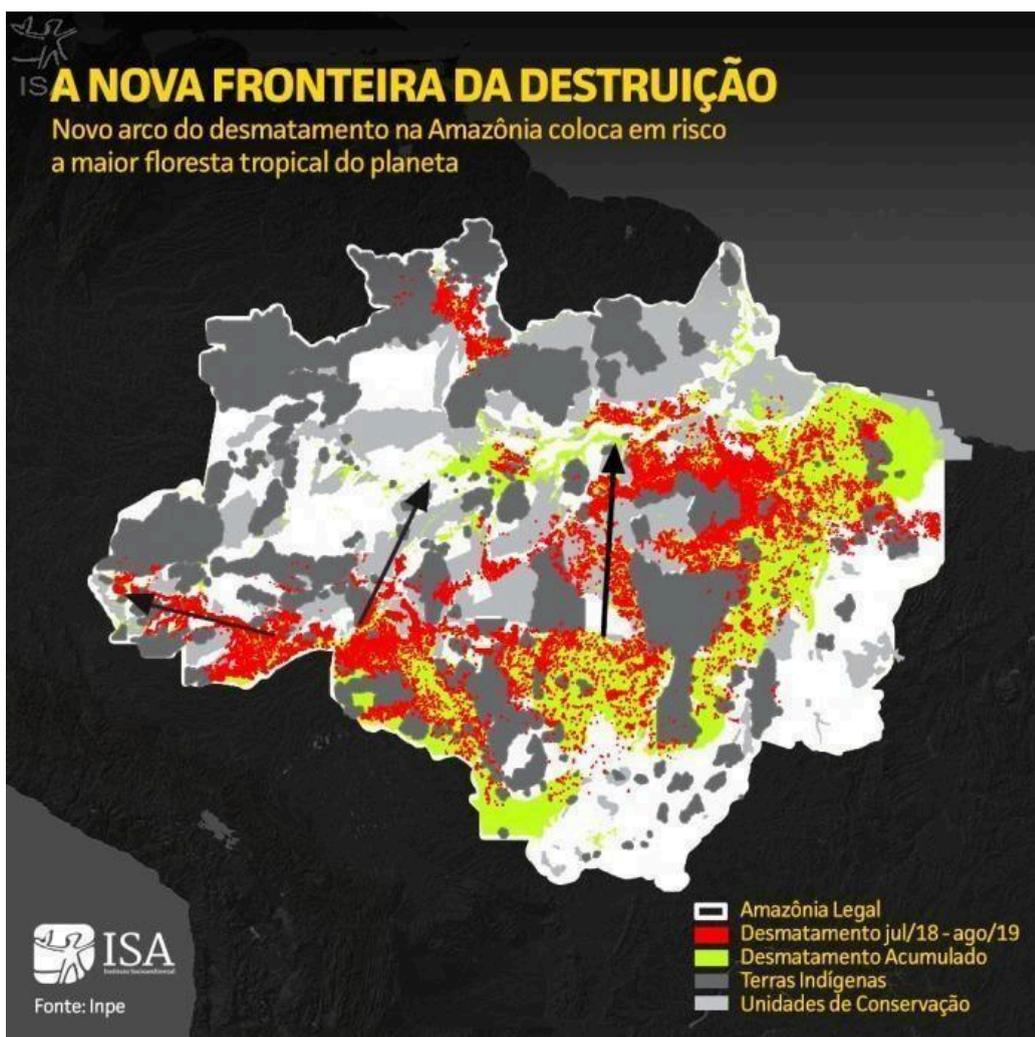


O gráfico indica o número de denúncias de trabalhadores escravizados por estado da Amazônia Legal, entre 1995 e 2017. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Construção do gráfico: Mileide Caroline Da Silva.

A partir desse mapeamento, que analisa as similitudes temporais e temáticas, é possível compreender estruturas, padrões e tendências da escravidão contemporânea na Amazônia. Essas disposições permitem compreender o fenômeno no território e identificar as situações que favorecem ou dificultam o crime de escravização dos trabalhadores nas últimas décadas. Além disso, indicam quais regiões e microrregiões estão majoritariamente presentes nessas práticas, o que pode auxiliar na criação de um aparato específico para o local.

Os gráficos acima mostram a maior incidência de denúncias de trabalho análogo ao de escravo nos estados do Mato Grosso e Pará, principais regiões que receberam as políticas de colonização e que foram alvos dos grandes empreendimentos infraestruturais aos quais os trabalhadores direcionaram-se para conseguir melhores condições de vida. Esse movimento econômico e populacional foi um grande responsável pelo delineamento do arco do desmatamento e avanço da fronteira agrícola.

Nesses espaços é possível observar que a expansão dos limites da devastação não cessaram, falando-se de uma “nova fronteira da destruição”. Nessa perspectiva, o Instituto Socioambiental - ISA, com base em dados do PRODES e INPE, realizou uma importante pesquisa que avalia que além dos municípios que integram o arco do desmatamento, há onze novos municípios que alavancaram o desflorestamento e expandiram a zona de destruição para sudoeste e oeste do Pará, Sul do Amazonas e oeste do Acre.



O mapa indica a nova fronteira da destruição na floresta amazônica e é fruto dos estudos realizados pelo Instituto socioambiental (ISA), a partir dos dados do PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas (INPE). Disponível em <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/novo-arco-do-desmatamento-fronteira-de-destruicao-avanca-em-2019-na-amazonia#:~:text=Uma%20nova%20geografia%20da%20destrui%C3%A7%C3%A3o,Amazonas%20e%20oeste%20do%20Acre>.

Através do mapa acima, é possível verificar a expansão da fronteira investigada pelo ISA. As flechas (setas) indicam como a devastação irradia para o interior da floresta amazônica. Além disso, as pesquisas indicam que a redução do desflorestamento, nos municípios que compõem o arco do desmatamento, não significa necessariamente a diminuição do avanço dessa problemática, mas sim que os locais já sofreram tamanha

devastação que os desmatadores estão em busca de novas áreas para derrubar. Frente a isso, é necessário uma força tarefa ainda maior para contenção do problema, pois quanto mais afastado ocorre esse crime, maior é a dificuldade de efetivação de políticas públicas para o seu combate.

#### **4. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A QUESTÃO AMBIENTAL**

Segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), até a década de 1960, menos de 1% da Amazônia havia sido desmatada. Em 2020, quase 20% da Amazônia já foi desmatada, um dado preocupante ao avaliar que, em 60 anos, houve a degradação de pouco menos de 1/3 de floresta, que corresponde a 813.063,44 km<sup>2</sup> de área da Amazônia Legal. A partir da observação dessas informações, compreende-se a importância que se tem dado à questão ambiental na Amazônia atualmente, devido aos impactos causados pelo agronegócio, ao longo das últimas décadas. A atividade vem ocasionando uma considerável perda da cobertura florestal, dada a extensão de terras atingidas por políticas que incentivaram a ocupação por grandes empresas privadas, responsáveis pela exploração não sustentável de seus recursos naturais. E, não só isso, os impactos do desmatamento aliado às queimadas têm influenciado debates mundiais sobre problemas que afetam diretamente a saúde do ser humano, como: a relação com a questão climática – aquecimento global – o aumento da temperatura e a composição do ar, muitas vezes extremamente poluído pelo avanço das queimadas.

É possível identificar o avanço de atividades econômicas como elemento norteador da ocupação das terras amazônicas, o que demanda o entendimento dos mecanismos presentes nas relações entre os interesses econômicos e os processos políticos. Com efeito, as áreas que essa pesquisa perpassa expressam múltiplas e complexas relações entre diversos atores sociais e interesses político-econômicos, que geram tensões e conflitos relativos às questões da terra e do trabalho. A luta social entre interesses divergentes ocorre por ser constituído por potencialidades de diferentes valores, o lugar tem o seu uso condicionado à força que os grupos sociais detêm sobre ele, sempre desigual, por envolver a luta pelo poder entre dominantes e dominados (Castro, 2018). O avanço do desmatamento é apenas uma das consequências ambientais geradas a partir dos movimentos de ocupação de novos espaços, a princípio por trabalhadores que se deslocavam de suas regiões de origem – a maior parte do Nordeste brasileiro – e, posteriormente, por empresas de colonização privadas, apoiadas pelo Estado (Gomes e Guimarães Neto, 2018).

Nessa perspectiva, a região da Amazônia recebeu diversos tipos de projetos: de

colonização, agropecuários, mineradores, entre outros; todos eles constituindo um grande

espaço de frentes de trabalho para os diversos tipos de trabalhadores, aqueles que se deslocavam com a família ou aqueles em busca de trabalho temporário. Os deslocamentos desses trabalhadores pobres adquirem contornos específicos, marcados por linhas como as várias estratégias de relações de exploração em que a prática do trabalho escravo desafia o estado de direito (Guimarães Neto, 2017).

As transformações sofridas na década de 1970 foram percebidas, particularmente no viés econômico, político e social. Entretanto, se por um lado essas mudanças ajudaram a aumentar as riquezas de algumas nações ou de parte de uma população, contribuiu para que outra parte continuasse em situação cada vez mais precária. Nesse sentido, essa desproporção na distribuição de renda gera evidentemente a desigualdade social, que também foi acompanhada da continuidade da exploração. Esse problema, além de produzir riquezas de um lado e miséria do outro, também formou e consolidou uma classe fundiária de novos ricos.

Tendo em vista os impactos dessas mudanças, a pesquisa propôs progredir na análise desses fenômenos, observando-os como fruto de uma mesma problemática subjacente às transformações políticas, econômicas e sociais. E, como já posto, assim como os movimentos de ocupação na Amazônia colaboraram para o surgimento de novas formas de exploração do trabalho, também contribuíram para o aumento dos impactos ambientais, posto que a maior parte das denúncias encontram-se em regiões onde se concentram atividades econômicas ligadas à extração de recursos naturais e desflorestamento para a formação de pastagens e criação de gado. Nessa perspectiva, um problema ambiental que está intimamente relacionado ao fenômeno do Trabalho Escravo Contemporâneo é a perda de áreas florestais. Isso porque as causas do desmatamento na Amazônia são várias e estão relacionadas ao movimento da economia, ligadas à pecuária, ao agronegócio, aos negócios com minérios e a outras atividades promovidas por empresários; como o comércio, extrativismo vegetal não madeireiro, grandes empreendimentos de infraestrutura, além, é claro, os recursos da biodiversidade, que interessam à indústria farmacêutica e de cosméticos. De tal forma que muitas dinâmicas socioeconômicas se ligam ao desflorestamento, demonstrando que a mudança espacial resulta de importantes transformações que ocorreram na sociedade e na economia, nas últimas décadas.

Apesar de se constituir um crime desmatar ou explorar economicamente florestas plantadas ou nativas, em terras de domínio público sem autorização de um órgão competente, muitas dessas atividades ocorrem à margem da ilegalidade e em condições de trabalho extremamente precárias, nas quais os trabalhadores se encontram em situações de extrema

vulnerabilidade, frente aos seus padrões e aos órgãos da justiça. Dentre inúmeras razões que

envolvem o desflorestamento dessas áreas, a criação de gado ainda é a causa dominante, sendo as fazendas de médio e grande porte responsáveis por cerca de 70% das atividades agropecuárias que causam a problemática.

O desmatamento é a parte mais visível da destruição da Amazônia, já que é derrubada quase que totalmente para outros usos. Mas, a floresta também é comida pelas entranhas e as beiradas através da sua degradação — que é basicamente a redução de função ecológica e o aumento da vulnerabilidade da mata sobrevivente do fogo e do abate —, a qual atinge 38% da floresta. Assim sendo, tal degradação é resultado do corte seletivo<sup>24</sup>, incêndios e dos efeitos da fragmentação da borda. Dessa forma, mesmo que a maior parte dos índices abarque apenas os índices de corte raso da floresta,<sup>25</sup> é também crucial entender a atuação das formas de degradação, fruto de múltiplas causas do aprofundamento da problemática.

As motivações do desmatamento na Amazônia são diversas e “retratam a complexidade dos atores sociais e dos interesses que fazem da fronteira um lugar de encontro, de oportunidades, de capitalização e, justamente por isso, também de tensão e conflito” (Gomes, 2005, p. 6). Deixa-se visível, assim, a relação entre os interesses dos agentes econômicos e os processos políticos, que permitem brechas para o acirramento de relações conflituosas no campo. Isso porque o espaço passa a ser disputado, por atores que dispõem de diversos objetivos, como trabalhadores que saíram do Nordeste e Sul com o objetivo de chegar a terra para obter seu sustento e matar a fome da família ou de empresários que buscavam aumentar exponencialmente sua produção e margem de lucros, a partir da superexploração dos recursos naturais da terra e de mão de obra mais barata que nos centros urbanos.

O estabelecimento do desmatamento na Amazônia, nas últimas décadas, expõe como as questões políticas e econômicas têm influenciado para condução da compreensão dos obstáculos que a floresta está tendo que enfrentar nas últimas décadas. É possível identificar que não existe “uma causa”, mas “causas” que conduzem o avanço e permanência das práticas dos atores envolvidos. Nesse contexto, a lógica da inclusão da Amazônia na economia mundial está intrinsecamente conexa ao embate entre a modernização e o desmatamento. Essas causas têm reorganizado o espaço e alterado as dinâmicas das fronteiras, da floresta, do território e, conseqüentemente, da biodiversidade que nela habita.

---

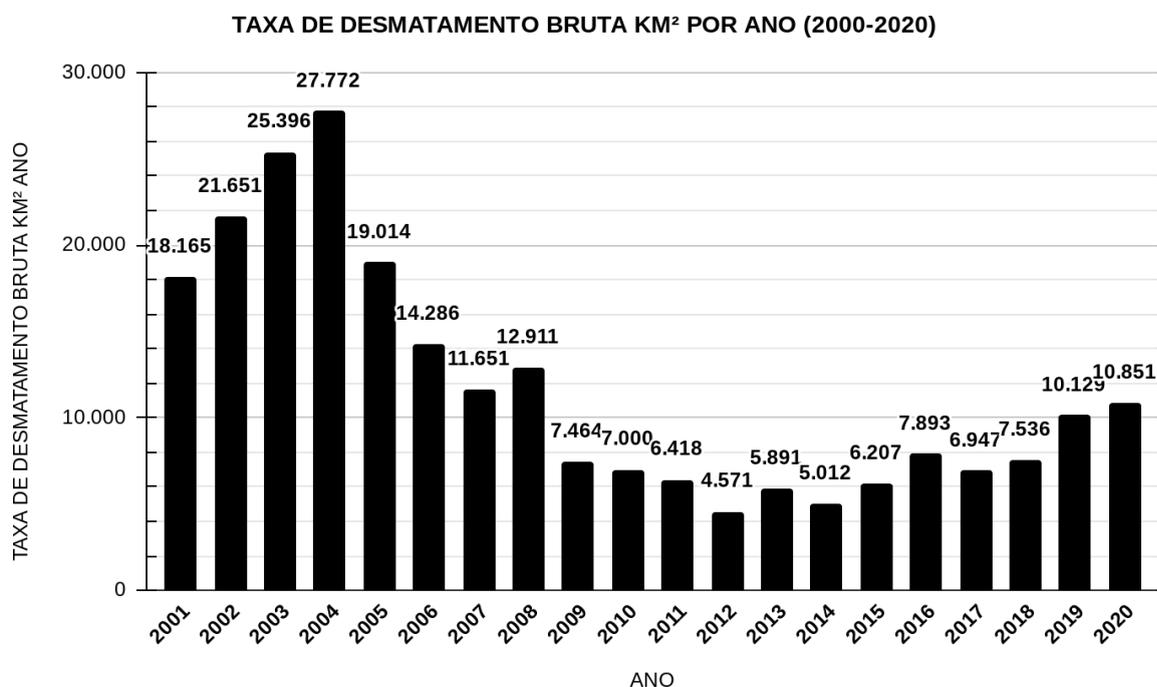
<sup>24</sup> O corte seletivo de florestas é a retirada de árvores de forma escolhida.

<sup>25</sup> Corte raso é a eliminação de toda vegetação existente em uma área. Frequentemente o corte raso é realizado para o cultivo de outras culturas, seja agrícola ou florestal. Disponível em:

<[https://ambienteduran.eng.br/?page\\_id=5734](https://ambienteduran.eng.br/?page_id=5734)> Acesso em 08 de novembro de 2023.

A alteração do espaço na Amazônia antes e, principalmente, depois da década de 1960, levou a uma perda de importante cobertura florestal, dada a extensão das terras atingidas; estados como Pará, Mato Grosso, Maranhão e Rondônia tiveram seu uso do solo enormemente alterado, com redução de biodiversidade (florestal e animal) e de técnicas de cultivos agroflorestais desenvolvidas por diversos grupos sociais em unidades produtivas familiares.

As consequências geradas na biodiversidade e em relação às mudanças climáticas, foram fundamentais à compreensão do que está gerando esses impactos e auxilia na criação de um aparato de combate, que inclui estratégias de métodos de fiscalização, licenciamento e multas.



O gráfico apresenta os índices de desmatamento bruto por km<sup>2</sup> na Amazônia no decorrer das últimas duas décadas. Os dados foram retirados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES). Disponível: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>> . Construção do gráfico: Mileide Caroline da Silva (2023).

No gráfico acima é possível perceber que, até o ano de 2003, as taxas de desmatamento seguiam uma tendência crescente. Entretanto, houve uma propensão a diminuição, até o ano de 2018. Então, o que fez com que as áreas desflorestadas reduzissem, mesmo com o ritmo crescente da economia?

Frente às temáticas ambientais discutidas internacionalmente, na atualidade, estão as mudanças climáticas. Como centro dessa problemática está o aquecimento global, que é provocado pela emissão de gases de efeito estufa – substâncias da atmosfera responsáveis por absorver parte da radiação infravermelha emitida pelo Sol e, depois, refletida pela superfície terrestre. Para enfrentar a questão no cenário brasileiro, houve a priorização de práticas de combate às mudanças climáticas. Com o alto índice de desmatamento no ano de 2003 e chegada da área desmatada a 16% nesse período, o governo federal buscou criar o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento.

O (PPCDAm) foi criado em 2004, com o objetivo central de reduzir de forma contínua o desmatamento e promover um cenário para a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia, planejando e aprimorando o melhoramento econômico da região. O Plano também está separado em objetivos específicos, para os quais estão esclarecidos os Indicadores de Progresso (IP). Dentre os objetivos específicos do PPCDAm, destacam-se: I) promover a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais; II) prevenir e combater a ocorrência de incêndios florestais.<sup>26</sup> A partir da efetivação de competências do plano, as taxas anuais de desmatamento apresentaram drástica redução em seus valores absolutos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Amazônia Legal é a área prioritária para essas ações, por ser a maior região de floresta e a mais explorada atualmente.

As tabelas a seguir servem para a análise da ocorrência dessas duas problemáticas em espaço comuns. É possível visualizar os dez municípios com maior índice de desmatamento acumulado nas últimas duas décadas (2000-2020) e, em seguida, os dez municípios com maior número de denúncias de trabalhadores em situação análoga à escravidão entre 2001 e 2017, ambos no recorte espacial da Amazônia Legal. A partir dos quadros, percebe-se como estas dinâmicas são correlacionadas nesses espaços e ocorrem essencialmente pelo aumento de setores econômicos na região.

Os municípios como São Félix do Xingu (PA), Novo Repartimento (PA), Pacajá (PA) e Cumaru do Norte (PA); além de possuírem os maiores índices de desmatamento nas duas últimas décadas, também contém um alto índice de denúncias de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Como se viu ao decorrer da pesquisa, as alterações no cenário econômico local modificaram as formas como se desenvolviam as relações de trabalho e do homem com o meio ambiente. Um bom exemplo é a região de São Félix do Xingu, que detém a maior quantidade de gado em relação à produção de todo país, assim como está no topo de áreas desmatadas e de denúncias de trabalho escravo contemporâneo.



	<b>Municípios mais desmatados nas últimas duas décadas</b>	<b>Km² desmatados</b>
1	São Félix do Xingu (PA)	12796,8
2	Altamira (PA)	8477,8
3	Porto Velho (RO)	6510,4
4	Novo Repartimento (PA)	5317,6
5	Novo Progresso (PA)	5063,5
6	Pacajá (PA)	4931,4
7	Colniza (MT)	4563,6
8	Lábrea (AM)	4269,9
9	Cumaru do Norte (PA)	3308,7
10	Nova Mamoré (RO)	2850,1

A tabela indica os dez municípios com maior taxa de desflorestados acumulados da Amazônia Legal. Os dados foram retirados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES). Disponível: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>> . Construção da tabela: Mileide Caroline da Silva (2023).

	<b>Municípios com mais denúncias de Trabalho Escravo (2001-2017)</b>	<b>Número de denúncias</b>
1	São Félix do Xingu (PA)	2.647
2	Marabá (PA)	1.787
3	Confresa (MT)	1.482
4	Pacajá (PA)	1.466
5	Ulianópolis (PA)	1.372
6	Santana do Araguaia (PA)	1.358
7	Cumaru do Norte (PA)	1.309
8	Açailândia (MA)	1.306
9	Novo Repartimento (PA)	1.287
10	Dom Elizeu (PA)	1.214

A tabela indica os dez municípios com os maiores números de denúncias de trabalhadores escravizados por estado da Amazônia Legal, entre 2001 e 2017. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Construção da Tabela: Mileide Caroline Da Silva.

Tratando-se do desmatamento acumulado até 2020 na Amazônia, é possível observar, entre os dez municípios com maior índice de áreas desflorestadas, que cinco deles também possuem o maior número de denúncias de trabalho escravo. Não se trata de coincidência, pois, como já analisado, os estados da Amazônia Legal que mais sofreram com a alteração de suas dinâmicas econômicas e com a do solo (Pará, Mato Grosso, Maranhão e Rondônia) foram os que mais enfrentaram os problemas relacionados à superexploração do trabalho.

<b>10 Municípios mais desmatados até 2020</b>			
	<b>Município (ESTADO)</b>	<b>Área em Km<sup>2</sup></b>	<b>Desmatamento até 2020</b>
1	São Félix do Xingu (PA)	84253	19886.2
2	Porto Velho (RO)	34631	11075.1
3	Altamira (PA)	159540	10536.4
4	Marabá (PA)	15161	8853.4
5	Paragominas (PA)	19465	8837.5
6	Novo Repartimento (PA)	15432	8423.2
7	Juara (MT)	22666	8196.9
8	Cumaru do Norte (PA)	17105	7481.2
9	Santana do Araguaia (PA)	11609	7326.7
10	Novo Progresso (PA)	38183	6853.2

A tabela indica os dez municípios mais desflorestados da Amazônia Legal nas últimas duas décadas. Os dados foram retirados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES). Disponível: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>> . Construção da tabela: Mileide Caroline da Silva, bolsista de Iniciação Científica -PIBIC/CNPq (2023).

	<b>Municípios que apresentam o maior número de denúncias de Trabalho Escravo (2001-2017)<sup>27</sup></b>	<b>Número de denúncias</b>
1	São Félix do Xingu (PA)	2.647
2	Marabá (PA)	1.787
3	Confresa (MT)	1.482
4	Pacajá (PA)	1.466

<sup>27</sup> Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: Agosto de 2023.

5	Ulianópolis (PA)	1.372
6	Santana do Araguaia (PA)	1.358
7	Cumaru do Norte (PA)	1.309
8	Açailândia (MA)	1.306
9	Novo Repartimento (PA)	1.287
10	Dom Elizeu (PA)	1.214

A tabela indica os dez municípios com maiores números de denúncias de trabalhadores escravizados por estado da Amazônia Legal, entre 2001 e 2017. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Construção da Tabela: Mileide Caroline Da Silva, bolsista de Iniciação Científica -PIBIC/CNPq - 2023.

As interrogações e incômodos presentes são molas propulsoras para perguntas e questionamentos frequentes ao ofício do historiador, estando este em constante diálogo com seu tempo. Os recentes impactos ambientais gerados por políticas socioeconômicas criadas e continuadas durante décadas têm mobilizado a perspectiva histórica, aliada a estudos interdisciplinares que envolvem geografia, antropologia, biologia e química. A pluridisciplinaridade tem sido um aspecto fundamental de análise das situações propostas, incluindo estudos que se complementam e acrescentam diferentes olhares de uma mesma problemática.

Por fim, a importância desta pesquisa está ligada ao reconhecimento das permanências históricas de práticas sociais que se constituíram historicamente e se ressignificam a partir das últimas décadas até os dias atuais. Os legados do contexto estudado guardam relações estreitas com diversas problemáticas, sendo importante a compreensão dos movimentos de ocupação, especialmente por trabalhadores, para a região do Pará e norte do Mato Grosso e como isso impactou nas conexões entre homem/natureza, principalmente nos municípios que estão localizados no arco do desmatamento. Ainda se preza pela análise dos impactos socioambientais desse processo, assim como a situação de fragilidade social a qual muitos trabalhadores são submetidos. Além disso, as discussões envolvendo o desflorestamento e conservação da Amazônia vêm há décadas tomando centralidade em pautas socioambientais nacionais e mundiais, devido ao acirramento dos desafios das mudanças do clima, especialmente tendo em conta o papel incontestável do bioma amazônico para emissões de gás carbônico e aquecimento global.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de ocupação do território da Amazônia, é possível perceber que novas relações e formas de exploração se sucedem. O trabalho escravo contemporâneo e a problemática ambiental são fenômenos que se intensificaram frente às novas dinâmicas econômicas, frutos de transformações sociais e políticas, que ocorreram na sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Entre as conclusões que resultaram do estudo, destaca-se a compreensão das relações entre a utilização de mão de obra análoga à de escravo e os impactos no meio ambiente, dando ênfase ao aumento do desmatamento na Amazônia. Os dois problemas se entrecruzam a partir do momento em que políticas de ocupação são concebidas e relações de exploração se multiplicam tanto nas relações humanas, quanto na sociedade/natureza.

Essas problemáticas não estão dissociadas e ilustram como as ações governamentais empreendidas na Amazônia, desde a década de 1960, impactaram diretamente na região, gerando novas dinâmicas que alteraram de forma negativa a configuração do território. A mobilização dos discursos oficiais, ao tratar das políticas colonizadoras, cumpriu o papel de propagar um determinado imaginário acerca da região da Amazônia, especialmente relacionado à sua potencialidade econômica. Nessa direção, o deslocamento de trabalhadores para a Amazônia corroborou no agravamento de conflitos.

Por um ângulo, a relevância da pesquisa se dá perante a importância do reconhecimento das permanências históricas de práticas sociais que se constituem historicamente e se ressignificam. O trabalho escravo contemporâneo, apesar de possuir novas roupagens, faz parte da realidade de muitos trabalhadores. Por isso, reconhecer essas práticas no mundo pós-moderno se constitui imprescindível para criação de ações para sua repressão. Por outro, a degradação do meio ambiente tem sido um problema central dos debates na atualidade, particularmente causado pelo aumento das preocupações com as mudanças climáticas que afetam diretamente a vida da população. Por isso, buscar novas

formas de lidar

com os desafios da atual crise ambiental e de se relacionar com o meio ambiente é também rever relações e dinâmicas presentes em nossa cultura.

O que é possível perceber ainda é que o aumento das atividades do setor agrícola e da pecuária fez com que a problemática se concentrasse no arco do desmatamento, atingindo-o de forma singular. De acordo com as relações estabelecidas, os vínculos do trabalho escravo contemporâneo são acompanhados pelo aumento da extensão de áreas desmatadas e a degradação de áreas preservadas.

O que a pesquisa indica é a existência de uma forte correlação entre a ocorrência de casos de trabalho escravo contemporâneo e os problemas ambientais. A construção das configurações através do mapeamento de dados foi essencial para o estabelecimento das relações entre essas dinâmicas. Os movimentos de ocupação acentuados na década de 70 corroboraram para o aumento de conflitos decorrentes de relações de trabalho e da terra. Nesses locais, houve o agravamento de tais relações, promovido por quadros de superexploração de trabalhadores, contribuindo para situações caracterizadas como análogas à escravidão. E, não só isso, é possível observar que essas regiões também são locais nos quais houve ampliação da área desmatada.

Nessa direção, constatou-se uma concentração de casos de superexploração de trabalhadores nos estados do Pará e Mato Grosso, que estão inseridos na Amazônia Legal; bem como são os estados que possuem maior concentração de áreas desmatadas até o ano de 2020. Verificou-se, ainda, que os municípios que são campeões em desflorestamento possuem alto índice de denúncias de trabalhadores escravizados (trabalho escravo contemporâneo); por isso, a associação entre trabalho escravo contemporâneo e o avanço empresarial agropecuário constituiu, então, objeto de análise central.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Ane et al. **Desmatamento na Amazônia: indo além da " emergência crônica"**. Belém: Ipam, 2004.
- ARAÚJO, J.M.L. **A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 265, 2015.
- BARROS, Camila de Sousa Nunes et al. **Aspectos gerais sobre as rodovias na Amazônia e sua discussão geopolítica**. Revista Geopolítica Transfronteiriça, v. 2, n. 1, p. 13-32, 2020.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRITO, Rosane; CASTRO, Edna. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade dos processos em curso na BR-163/**. REVISTA NERA, n. 42, p. 51-73, 2018.

CASTRO, Edna. **Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, 2012.

CASTRO, Edna. **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia**. Novos cadernos NAEA, v. 8, n. 2, 2008.

CASTRO, Edna. **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, p. 45-62, 2012.

CASTRO, Edna. **Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira**. Novos Cadernos NAEA, v. 10, n. 2, 2009.

COSTA, José M. M. da. **Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal**. In: MENDES, A. (org.). *Amazônia, terra civilização*. 2. ed. Belém: Banco da Amazônia, 2002.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio. **O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja**. *Ambiente & sociedade*, São Paulo, v. 15, p. 1-22, 2012.

DOS SANTOS BICALHO, Poliene Soares; DE FÁTIMA OLIVEIRA, Maria; DA SILVA OLIVEIRA, Fernanda Alves. **Os Movimentos Indígena e Ambientalista sob o viés de análise da História Ambiental: a repercussão no Ensino de História**. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 12, n. 23, p. 25-46, 2020.

DUARTE, R. H. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: Cedi; Koinonia, 1994.

FEARNSIDE, Philip M.; DE ALENCASTRO GRAÇA, Paulo Maurício Lima. **BR-319: A rodovia Manaus-Porto Velho e o impacto potencial de conectar o arco de desmatamento à Amazônia central**. Novos cadernos NAEA, v. 12, n. 1, 2009.

FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GIRARDI, E. et al. **Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes**. *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, v. 2, n. 4, 2014.

GIRARDI, Eduardo Paulon et al. **Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes**. *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, n. 4, 2014.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Trabalho análogo à de escravo: construindo um problema**. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, p. 11-41, jan./dez. 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde. Política de colonização no Brasil contemporâneo**. 2ª Edição, Recife, editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2022.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Amazônia, território em movimento: vidas precárias**. São Leopoldo, RS: Revista Unisinos, Vol 21, n.1, 2017.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Políticas Governamentais: a colonização como acontecimento**. In *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, vol. 7., 2014. p. 38-46.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz.; JOANONI NETO, V. **A Amazônia e a política de Integração Nacional. O discurso da modernização entre o passado e o presente**. *Diálogos Latinoamericanos*, v. 26, p. 144-157, 2017.

HARTOG, FRANÇOIS. **Regimes De Historicidade: Presentismo E Experiências Do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 272 p.

JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. **A História do Tempo Presente: reflexões sobre um**

**campo historiográfico.** Revista Cadernos do Tempo Presente, Paraíba, v. 12 n. 01 , jan-jun, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

DE ALMEIDA LIMA, Camila Rodrigues Neves. **Degradação do meio ambiente e trabalho escravo no Brasil: da (ir) racionalidade à normatividade.** Revista Videre, v. 8, n. 15, p. 238-263, 2016.

MIRAGAYA, Júlio Flávio Gameiro. **Transformações no arco do desmatamento: a expansão da pecuária bovina na Amazônia, pressões sobre o ambiente e o papel das políticas públicas na contenção do desmatamento (1990/2010).** 2013. 252 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

OVIEDO, Antonio; LIMA, William Pereira; AUGUSTO, Cicero. **O arco do desmatamento e suas flechas.** Instituto Socioambiental, São Paulo, 2019.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da História Ambiental.** Estudos Avançados (São Paulo), v. 24, n. 68, 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A Luta pela Terra no Sul e Sudeste do Pará: Migrações, Conflitos e Violência no Campo.** Recife/PE, Universidade Federal de Pernambuco, tese de doutorado em História.

SUZUKI185F, Natália. **O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL: O CASO DO PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR!, DA ONG REPÓRTER BRASIL.** 2016.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.